

**INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA**

ANA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS

**EXTENSÃO RURAL
HISTÓRICO, REALIDADE E LIMITAÇÕES.
UMA REVISÃO SISTÊMICA**

**SÃO JOÃO EVANGELISTA
2016**

ANA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS

**EXTENSÃO RURAL
HISTÓRICO, REALIDADE E LIMITAÇÕES.
UMA REVISÃO SISTÊMICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* São João Evangelista como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

Orientadora: Dr. Grazielle Wolf de Almeida Carvalho
Coorientador: Me. Alisson José Eufrásio de Carvalho
Coorientadora: Ma. Márcia Cristina de Paula Cesário

**SÃO JOÃO EVANGELISTA
2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

S237e Santos, Ana Cristina Oliveira
2016 Extensão rural, histórico, realidade e limitações: uma revisão
sistêmica. / Ana Cristina Oliveira Santos. – 2016.
74 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia)
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas
Gerais – Campus São João Evangelista, 2016.

Orientadora: Prof.^a Dr. Grazielle Wolf de Almeida Carvalho

1. Extensão rural. 2. Agricultura familiar. 3. EMATER.
4. PNATER I. Santos, Ana Cristina Oliveira. II. Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus São
João Evangelista. III. Título.

CDD 630

ANA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS

**EXTENSÃO RURAL
HISTÓRICO, REALIDADE E LIMITAÇÕES.
UMA REVISÃO SISTÊMICA**

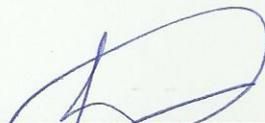
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* São João Evangelista como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

APROVADO EM 04/11/2016

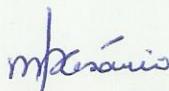
BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Prof. Dr. Grazielle Wolf de Almeida Carvalho
Instituição: Instituto Federal de Minas Gerais - *Campus* São João Evangelista



Coorientador: Me. Alisson José Eufrásio de Carvalho
Instituição: Instituto Federal de Minas Gerais - *Campus* São João Evangelista



Coorientadora: Ma. Márcia Cristina de Paula Cesário
Instituição: Instituto Federal de Minas Gerais - *Campus* São João Evangelista

**SÃO JOÃO EVANGELISTA
2016**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha base, meus amados avôs Luiz Rodrigues de Oliveira e Ana Pinto de Oliveira, aos meus queridos pais Ana Luiza de Oliveira e Vamir Moreira, e a minha razão de existir meu filho Mateus Oliveira Borges de Sousa, vocês todos me ensinaram a lutar, perseverar e acreditar que tudo isso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por ter me dado força, coragem e fé para seguir meu caminho.

Agradeço aos meus pais, Ana Luiza de Oliveira e Vamir Moreira, aos meus avôs Luiz Rodrigues de Oliveira e Ana Pinto de Oliveira, e ao meu filho Mateus, por estarem sempre pertinho de mim, me levantarem quando pensei estar derrotada e por acreditarem que eu seria capaz.

Agradeço a minha família, em especial a Bruna Oliveira de Paula, Neida Maria de Oliveira e Thais Oliveira de Paula, pelas orações e conselhos preciosos, vocês fizeram a diferença na minha caminhada.

Agradeço ao meu amor Victor Andrade Melo, pelo companheirismo e parceria, por você sempre me acompanhar nas minhas decisões e nunca me deixar abater pelos obstáculos da caminhada. Agradecer a sua mãe Márcia por sempre acreditar nas minhas decisões e me ajudar em tudo que eu preciso sempre.

Agradeço as lindas Jéssika Cristina Lopes, Paula Abrantes, Natalia Alves e a todos aqueles meus amigos que torceram e me ajudaram para que isso fosse possível.

Agradeço a minha querida e paciente orientadora, Grazielle Wolf, por tudo. Sem ela, nada seria possível. Obrigada!

Agradeço ao IFMG-SJE, por todos esses anos de acolhida, por terem me feito me sentir em casa. José Roberto e família, Paulo Modesto e família, Kleber Gloria e família Obrigada!

Agradeço a todos os docentes que passaram pela minha vida, desde o pré-escolar até o ensino superior, pelos ensinamentos e dedicação. A todos, o meu muito obrigado!

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Obrigada!

EPIGRAFE

"Não se pode construir um mundo pacífico em estômagos vazios e miséria humana. Por isso escolhi alimentar a humanidade".

(Norman Borlaug)

RESUMO

O surgimento da Extensão é tratado em diversos momentos históricos da formação da humanidade. Entretanto, a institucionalização da extensão rural ocorreu nos Estados Unidos em meados do século XVIII, no ano de 1914, numa época de grandes transformações de diversos setores da economia americana, a partir da Revolução Industrial. No Brasil, as ações de extensão rural estão presentes desde o final da década de 40, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais – ACAR-MG. As instituições de extensão rural surgiram movidas pela ideologia da modernização vinculadas com a ideia de que o incremento de técnicas modernas de produção causariam melhorias nas condições de vida das populações no meio rural, por meio do modelo de difusão de tecnologia. Tal ideia foi motivo de grandes discussões nos meios acadêmicos, e teve como principal expoente Paulo Freire, através de sua obra “Extensão ou Comunicação?”. Hoje, a assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no diálogo entre os centros de pesquisa agropecuários e o mundo rural, contribuindo efetivamente por meio de processos participativos para o desenvolvimento local sustentável. Esse trabalho teve como objetivo principal realizar um estudo sobre a jornada da extensão rural e assistência técnica no Brasil e em Minas Gerais, analisando históricos e confrontando aspectos teóricos e práticos para assim entender e apresentar os limites e obstáculos a prática dessa atividade.

Palavras chave: Extensão. Extensão rural. Agricultura familiar. Agroecologia.

ABSTRACT

The emergence of the extension is treated in various historical moments of the formation of mankind. However, the institutionalization of rural extension occurred in the United States in the mid-eighteenth century, in 1914, a time of great changes in various sectors of the US economy since the Industrial Revolution. In Brazil, rural extension actions are present since the end of the 40s, with the creation of the Credit Association and Rural Assistance Technique de Minas Gerais - ACAR-MG. The extension institutions have emerged driven by the ideology of modernization linked with the idea that the growth of modern production techniques cause improvements in the populations living conditions in rural areas, through the technology diffusion model. This idea was cause for much discussion in academic circles, and its main exponent of Paulo Freire, through his work "Extension or Communication?". Today, technical assistance and rural extension are of fundamental importance in the dialogue between the centers of agricultural research and the rural world, effectively contributing through participatory processes for sustainable local development. This work aimed to conduct a study on the journey of rural extension and technical assistance in Brazil and in Minas Gerais, analyzing historical and confronting theoretical and practical aspects so as to understand and present the limitations and obstacles to practice this activity.

Keywords: Extension. Extension rural. Family agriculture. Agroecology

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OBJETIVOS GERAIS	12
2. METODOLOGIA.....	13
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	13
2.2 LEVANTAMENTO DE DADOS	14
3. EXTENSÃO RURAL	15
3.1 CONCEITOS.....	15
3.1.1 Agroecologia.....	15
3.1.2 Agricultura Orgânica.....	15
3.1.3 Desenvolvimento sustentável	16
3.1.4 Agricultura sustentável.....	17
3.1.5 Extensão rural.....	17
3.1.6 Agricultura familiar	18
3.2 A HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL	18
3.2.1 Histórico geral.....	18
3.2.2 A institucionalização da Extensão Rural no Brasil	20
3.2.3 Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).....	23
3.2.4 Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).....	27
3.2.5 Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).....	31
3.2.6 Modificações do papel social da extensão rural.....	33
3.2.7 Contribuição de Paulo Freire nesse cenário extensionista	35
3.3 EXTENSÃO RURAL A PARTIR DE 1991	38
3.3.1 Extinção da EMBRATER e afirmação da PNATER.....	38
3.3.1.1 PNATER e sua influência na Agricultura Familiar e Reforma Agrária.....	40
3.3.1.2 PNATER e suas metodologias	42
3.3.1.3 Relação agricultor-extensionista	44
3.3.1.4 Ater: obstáculos e mudanças	46
3.3.1.5 A Lei de Ater e o Pronater	48
3.3.1.6 A Conferência Nacional de ATER (CNATER)	52
3.3.1.7 Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER).....	53
3.4 AGRICULTURA FAMILIAR	54
3.4.1 Conceito	54
3.4.2 Importância no cenário nacional	55
3.4.3 Módulo Fiscal.....	55
3.5 A EXTENSÃO RURAL EM MINAS GERAIS – EMATER.....	55

3.5.1 Organograma da empresa	55
3.5.2 Missão da Empresa.....	56
3.5.3 Visão da Empresa	56
3.5.4 Breve histórico do Presidente da EMATER-MG	57
3.5.5 Dados sobre UREGI's e Esloc's	57
4. CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS	60
ANEXO I - Declaração política da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	66

1. INTRODUÇÃO

Olinger (1986), Caporal (1991) e Freire (1968), ao longo dos anos definiram o que seria Extensão Rural, e todos definiram da mesma forma, porém utilizando palavras diferentes, que seria: “um processo de educação onde ela é realizada extraescolar, ou pode-se dizer que não formal”. Seu objetivo seria para contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais e conseqüentemente melhorando todo o bem-estar da sociedade.

A extensão rural vem para atuar na sociedade, respondendo a ideologia do próprio estado a qual está inserida. Dentro do Brasil, pode-se encontrar essa prática em várias instituições por várias denominações como Instituto, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural), sendo que todas suas instituições atingem o âmbito social.

As instituições citadas acima interferem no desenvolvimento da produção gerada no campo, auxiliando a execução das políticas agrícolas, implementando os programas de desenvolvimento rural, assim dando suporte para a multiplicação de relações das produções capitalistas.

O extensionismo no Brasil é um processo em constante transformação e adaptação, com muitos obstáculos, sobretudo na prática dos extensionistas rurais, inclusive dos agentes-extensionistas EMATER-MG.

Com isso, qualquer ideia de mudança na realidade da prática extensionista, para ser levada em consideração e ser lógica precisa conhecer anteriormente, o histórico e os mecanismos que interferem na dinâmica dessa atividade. Para que isso seja possível, é necessário traçar um paralelo entre o passado e o presente, onde de maneira detalhada possa ser descrito todos os aspectos históricos que vem atuando na extensão no Brasil.

Para tal é importante a reflexão acerca das vivências dos extensionistas que realmente são considerados agentes da prática, e que por inúmeras vezes se deparam com obstáculos e limites que são impostos, sem saberem como esses foram criados e qual a melhor forma para serem superados.

O presente trabalho deseja realizar, identificar e relatar uma parte da jornada histórica que foi necessária para que a Extensão Rural fosse difundida no meio rural brasileiro. A partir disso, entender as relações que compõem esse processo; as relações entre o poder público, os extensionistas e os agricultores, estabelecendo assim os limites, que contribuem ou dificultam as mudanças nesse processo.

1.1 OBJETIVOS GERAIS

Realizar um estudo sobre a jornada da extensão rural e assistência técnica no Brasil e em Minas Gerais, analisando históricos e confrontando aspectos teóricos e práticos para assim entender e apresentar os limites e obstáculos à prática dessa atividade.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar o histórico da extensão rural e sua institucionalização no Brasil
- Compreender e relatar a criação e extinção das Associações de Crédito ACAR e ABCAR, descrevendo as mesmas como organizações públicas na prestação de serviços de Extensão Rural no Brasil.
- Estudar a necessidade que levou a criação da EMBRATER até sua extinção, relatando durante o processo, o surgimento da EMATER, sua estrutura que a compõe como organização pública de extensão rural.
- Descrever a mudança do papel social da extensão rural no Brasil, relatando as contribuições de Paulo Freire nesse assunto.
- Entender a PNATER (Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) e seus principais princípios e objetivos.
- Conceituar Agricultura familiar e sua relação direta com a Extensão rural, pontuando a relação agricultor-extensionista, e descrever as principais metodologias utilizadas nesse eixo.

2. METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

A motivação da escrita partiu da vivência da autora na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do município de Gouveia e também das aulas de Sociologia e Extensão ministradas no Campus São João Evangelista.

A partir dessas observações, considerou-se começar a pesquisa pela revisão de autores que contribuem de forma incisiva para a extensão no Brasil e no processo extensionista, tendo assim uma referência para a elaboração da monografia.

Ao estudar um tema, frequentemente nos deparamos com resultados contraditórios. Um caminho coerente para tentar esclarecer controvérsias é apoiar-se apenas nos estudos de melhor qualidade sobre o assunto. Partindo desse princípio, surgiu um novo delineamento de pesquisa: a revisão sistemática da literatura. Trata-se de um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis.

As revisões sistemáticas devem ser abrangentes e não tendenciosas na sua preparação. Os critérios adotados são divulgados de modo que outros pesquisadores possam repetir o procedimento. Revisões sistemáticas de boa qualidade são consideradas o melhor nível de evidência para tomadas de decisão. Por seguir um método científico explícito e apresentar resultado novo, a revisão sistemática é classificada como contribuição original na maioria das revistas de pesquisa clínica.

As revisões sistemáticas diferem das revisões narrativas ou tradicionais. Essas são amplas e trazem informações gerais sobre o tema em questão, sendo comuns em livros-texto. Também se distinguem das revisões integrativas, nas quais se utilizam diferentes delineamentos na mesma investigação, além de expressarem a opinião do próprio autor.

As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinado assunto.

A pesquisa é de caráter qualitativo, pois lida com opiniões sem buscar quantificar, nem delinear esquemas estatísticos. Segundo Appolinário (2012), a diferença entre pesquisas quantitativas e qualitativas, e que esta última visão compreende melhor os fenômenos, por uma abordagem observacional, a partir de dados já publicados.

A pesquisa também é descritiva, pois como o próprio nome já diz, ela descreve os fatos a partir de um recorte de informações e trabalhos publicados e a partir da pesquisa primária, descrevendo o histórico e realidade da extensão rural.

2.2 LEVANTAMENTO DE DADOS

As revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados. Entende-se por estudos primários os artigos científicos que relatam os resultados de pesquisa em primeira mão.

Foi realizado um levantamento bibliográfico sistêmico, não somente de estudos recentes, mas de todos aqueles que foram contribuindo ao passar do tempo com o tema extensão rural. A pesquisa iniciou a partir da institucionalização da extensão rural no Brasil, datada em 1948, com a criação da ACAR.

Foram utilizados textos, documentos oficiais de empresas públicas, livros, boletins, manuais, relatórios e artigos que orientam a prática e descrevem diretrizes para a atuação na área proposta. Utilizou-se também trabalhos acadêmicos como teses, dissertações, monografias e artigos, e outras fontes como manuais, cartilhas, entrevistas impressas ou em audiovisual.

As buscas foram realizadas no acervo da biblioteca do campus e nas bases Google Acadêmico e Scielo utilizando as palavras chaves “extensão rural”.

A revisão sistemática inicia-se com a elaboração da questão clínica, ou seja, o objetivo principal, e de um projeto de revisão. A seguir é realizada uma ampla busca da literatura com o objetivo de se identificar o maior número possível de estudos relacionados à questão. Uma vez selecionados, aplicam-se critérios para avaliação da qualidade metodológica conforme o delineamento do estudo original.

3. EXTENSÃO RURAL

3.1 CONCEITOS

3.1.1 Agroecologia

Gliessmann (2001) afirma que, a agroecologia seria a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.

Para Altieri (1989), a agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Para Guzmán (2002), a agroecologia não pode ser uma ciência, pois incorpora o conhecimento tradicional que por definição não é científico.

No entanto, Feiden (2005) diz que, a agroecologia é uma ciência em construção, com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional, porém este é validado por meio de metodologias científicas (mesmo que, às vezes, sejam métodos não convencionais).

3.1.2 Agricultura Orgânica

Originariamente, o conceito de agricultura orgânica define o solo como um sistema vivo, que deve ser nutrido, de modo que não restrinja as atividades de organismos benéficos necessários à reciclagem de nutrientes e à produção de húmus (USDA, 1984). Partindo-se do enfoque holístico, o manejo da unidade de produção agrícola visa promover a agrobiodiversidade e os ciclos biológicos, procurando a sustentabilidade social, ambiental e econômica da unidade, no tempo e no espaço (NEVES et al., 2000).

Originalmente, os produtores que adotavam os sistemas alternativos de produção o faziam por convicção pessoal, e movidos pela preocupação com o meio ambiente e com a saúde. Por isso, os sistemas de produção eram estabelecidos com base num conjunto de procedimentos que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, tendo como objetivo a produção de um alimento sadio, com características e sabor originais. Esses agricultores consideravam a unidade produtiva como uma unidade indivisível, significando que todas as atividades da fazenda (olericultura, fruticultura, fruticultura, florestas produtivas, áreas de preservação, etc.) seriam partes de um corpo dinâmico interagindo entre si. Para esses agricultores, o termo “orgânica”, da expressão “agricultura orgânica”, tem origem na expressão “organismo agrícola” (ASSIS et al., 1998).

O desenvolvimento de um mercado de produtos orgânicos, comercializados a preços superiores aos convencionais, levou à necessidade de certificação e definição legal de normas mínimas para que um produto possa ser comercializado como orgânico. A existência desse sobrepreço ou prêmio na comercialização dos produtos certificados vem atraindo muitos empreendedores que visam apenas ao lucro imediato, sem muitas preocupações ambientais.

Assim, surge uma nova interpretação do conceito de agricultura orgânica, para o qual basta atender às normas mínimas de legislação (Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, fiscalizada pelo MAPA) para ter direito ao selo de qualidade, o que equivale a uma simples substituição dos insumos convencionais por insumos orgânicos ou biológicos, mantendo a mesma lógica produtiva dos sistemas convencionais. Para esses produtos, o termo “orgânico” tem origem na expressão “insumos orgânicos”.

3.1.3 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável foi oficialmente declarado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia, e, por isso, também chamada de Conferência de Estocolmo. A importância da elaboração do conceito, nessa época, foi a de unir as noções de crescimento e desenvolvimento econômico com a preservação da natureza, questões que, até então, eram vistas de forma separada.

Em 1987, foi elaborado o Relatório “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como Relatório Brundtland, que formalizou o termo desenvolvimento sustentável e o tornou de conhecimento público mundial. Em 1992, durante a ECO-92, o conceito “[...] *satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*”, tornou-se o eixo principal da conferência, concentrando os esforços internacionais para o atendimento dessa premissa. Com esse objetivo, foi elaborada a Agenda 21, com vistas a diminuir os impactos gerados pelo aumento do consumo e do crescimento da economia pelo mundo.

3.1.4 Agricultura sustentável

Possui diferentes significados para distintos grupos e pessoas, mas há uma concordância geral de que ela tem uma base ecológica (GLIESMANN, 2001). Segundo esse autor, uma agricultura sustentável deve ter as seguintes características:

- Ter efeitos mínimos no ambiente e não liberar substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, em águas superficiais ou subterrâneas.
- Preservar e recompor a fertilidade, prevenir a erosão e manter a saúde do solo.
- Usar a água de maneira a permitir a recarga dos depósitos aquíferos e manter as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas.
- Dependem dos recursos internos do agroecossistema, incluindo comunidades próximas.
- Valorizar e conservar a diversidade biológica e garantir igualdade de acesso a práticas, conhecimentos e tecnologias agrícolas, possibilitando o controle local dos recursos agrícolas.

3.1.5 Extensão rural

Segundo a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência e Extensão Rural (ASBRAER), citado por Peixoto (2008) o conceito de Extensão Rural pode ser definido como: “Serviço de educação não formal de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”. Este conceito é apoiado pelo Ministério da Agricultura.

Abreu (2010) define que, a extensão rural pode ser entendida como a transmissão do conhecimento para agricultores e produtores do meio rural, proporcionando a disseminação de um processo de aprimoramento das práticas agrícolas para a qual, estabelece um padrão racional de desenvolvimento, garantindo bem estar e renda a estas pessoas que utilizam dessa prática espalhada por profissionais capazes de gerar e administrar uma propriedade agrícola.

Este processo de transmissão de conhecimento pode ser realizado por diversos profissionais que atuam na zona rural como engenheiros agrônomos, zootecnistas, técnicos agrícolas e pedagogos.

Andrade (1991) relata que, quando é citada extensão rural pública a empresa agrícola que é lembrada, até por conta da sua história é a EMATER que desde a sua criação visa apoiar as atividades agrícolas nos diferentes Estados.

3.1.6 Agricultura familiar

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado, dando ênfase na diversificação de cultivos (MDA, 2002).

A produção familiar em todo o mundo está passando por um processo de empobrecimento sistemático. As populações aumentam, as propriedades rurais estão se tornando menores, devido à degradação ambiental, assim como, a produção “per capita” de alimentos estagnou ou está diminuindo (ALTIERI, 2004). Mesmo assim a agricultura familiar é responsável por 49% das ocupações rurais no Brasil, utilizando apenas 35% das áreas agricultáveis do país. Porém, não se deve confundir essa agricultura familiar com agricultura de subsistência, camponesa, produtora exclusiva de alimentos (HOMEM DE MELO, 2001).

3.2 A HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL

3.2.1 Histórico geral

A prática da extensão para muitos autores tem suas origens em vários momentos da formação da humanidade em si. E com isso, existem várias controvérsias a respeito de onde é e como surgiu. Romaniello (2015) afirma que esse surgimento é datado desde a História Antiga, que vem junto com o surgimento e desenvolvimento das primeiras civilizações e da própria escrita, isso seria aproximadamente por volta de 4.000 a. C. Nessa data histórica, existem registros que o Imperador Romano Adriano, no Egito, já praticava a extensão para os agricultores, nas margens do Nilo, ensinando técnicas para o plantio de trigo irrigado.

Rocha (2001), já entende que o surgimento da extensão, vem das Universidades Europeias Medievais, na Itália. Essa universidade é identificada por alguns autores como a “mãe das universidades”, e sua origem está nas escolas que lecionavam Direito, para identificar e solucionar conflitos daquela época. A mesma autora Rocha (2001), também relata que práticas de extensão aconteciam na Inglaterra, no século XIX, onde os alunos realizavam campanhas de saúde, através principalmente de teatro, e assim tentavam conscientizar a população sobre as doenças da época e suas formas de prevenção e controle.

Jones (1989), diz que a extensão agrícola tem seu nascimento na Irlanda, quando houve um período denominado Grande Fome da Batata, em XIX. Nesse momento, o autor

relata a existência de uma Carta de Claredon, enviada pelo Conde de Claredon ao Duque de Leinster, Presidente da Real Sociedade da Agricultura da Irlanda, e em seu conteúdo o remetente relata uma notória preocupação com os mais pobres, mas sem descartar os interesses capitalistas. As atividades de extensão realizadas tinham esse caráter capitalista e existiam as denominadas empresas privadas no ensino e na pesquisa, o que fazia com que tudo virasse um jogo de interesses.

De acordo com Peixoto (2008), a extensão vista como uma instituição vem datada no início do século XX, quando foi criada uma espécie de cooperativa para oferecer serviços de extensão rural nos Estados Unidos. Ela contava com a participação dos universitários americanos, que ficou conhecida como *land-grant colleges*, e que se consolidou naquele país.

Caporal (1991) lembra que, a extensão mesmo não utilizando esse nome, com certeza já foi realizada pelo homem no período Neolítico, embora não fosse uma atividade como hoje, possuindo todo esse rigor científico.

Ohlweiller (1987), diz que “o aspecto revolucionário do Neolítico foi a introdução da prática na agricultura, sendo o cultivo da terra e a criação de animais, e como isso a formação de comunidades nas chamadas aldeias.” A medida que essas comunidades foram crescendo e se desenvolvendo, as técnicas de cultivo e preparo dos utensílios usados nessa prática também avançaram. Durante as migrações realizadas, para que se formassem novas aldeias, esses homens sem serem intitulados extensionistas rurais, trocavam informações e ensinamentos para as novas comunidades. Relatavam suas experiências com a natureza, e como utilizavam seus materiais, passando de uns para os outros tudo que vinha se aperfeiçoando nesse cenário. Com isto o autor afirma que a troca de experiências entre esses aldeões foi o mais valioso intercâmbio da época.

Nos Estados Unidos, a extensão vem datada na época das grandes transformações na economia, conhecida como Revolução Industrial. Fonseca (1985), também diz que outro fato histórico que determina o início dessa prática e a Guerra de Sucessão, momento de transição da estrutura escravista para estrutura capitalista, que sofreu a influência da Revolução Industrial.

Olinger (1996), afirma que os Estados Unidos tinha como interesse principal no surgimento da extensão, aumentar a produtividade, com o uso racional de insumos, máquinas agrícolas e crédito rural. Eles investiam em ensinar o agricultor e seus familiares habilidades agrícolas, sempre pensando nos interesses capitalistas.

Ramoniello (2015) afirma que mesmo os Estados Unidos, tendo passado por várias experiências de extensão, somente no ano de 1914 foi institucionalizado e oficializado o

Trabalho Cooperativo de Extensão Rural. Nesse mesmo processo, a extensão rural americana passou a ser realizada nas universidades, centros de pesquisa e comunidades rurais.

Na América latina o processo de extensão rural teve início após a Segunda Guerra Mundial. Fonseca (1985) relata que, os programas de extensão rural adotados tinham embasamento nas experiências americanas. Sempre buscando maior produtividade, racionalização da produção agrícola e com isso melhorar a vida no campo.

Foi a partir da década de 40, de forma institucionalizada, que a prática da extensão chegou a América Latina, mas foi mais intensa na década posterior. Olinger (1996) continua também afirmando que em todos os lugares que adotaram a extensão rural, a influência americana, era muito marcante e nítida, tanto nos princípios e filosofias, como na ajuda financeira que recebiam dos EUA.

Os americanos possuíam uma fórmula bastante simples que para se aumentar a produtividade e melhorar as atividades agrícolas era necessário financiamento e este junto com assistência especializada. De acordo com Fonseca (1985), nessa época houve a difusão do modelo clássico americano onde utilizavam a persuasão e todo recurso audiovisual disponível na época. Olinger (1996) contextualiza que nesse período da história houve um aumento significativo na contratação de pessoal, equipamentos para escritório e bens materiais como veículos e máquinas fotográficas.

Rogers (1985) relata que as ações de extensão rural realizadas na América Latina, inclusive no Brasil, procuravam ajudar a resolver problemas de bem estar social nas comunidades, e não pensavam somente em transmitir o conhecimento teórico.

Um dos maiores limites na difusão da prática extensionista na América Latina, estava na desigualdade social. Os americanos não levaram em consideração as estruturas nos aspectos sociais e econômicos. A ideia de extensão americana e sua ideologia modernizadora buscavam mudanças nas comunidades rurais, mas se negava a refletir sobre os conflitos existentes no campo, e isso fazia com que a classe rural explorada confrontasse com os interesses da classe dominante tanto no campo político como no financeiro. No Brasil, a difusão do processo de extensão também passou por esses entraves (FONSECA, 1985).

3.2.2 A institucionalização da Extensão Rural no Brasil

Caporal (1991) entende que, a extensão rural no Brasil já chegou como instituição, onde existia um conjunto de regras anteriormente estabelecidas pela sociedade, quer se diga instituição sendo sinônimo de organização patrocinada ou não pelo Governo. A visão de

instituição da extensão rural no Brasil está ligada ao processo de interferência imperialista nos países subdesenvolvidos.

Para Ramoniello (2015) o extensionismo no Brasil é datado com a chegada Peter Henry Rolfs, norte-americano, o qual viajou ao Brasil para fundar a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), hoje conhecida como Universidade Federal de Viçosa (UFV) e trouxe consigo além de outras ideias, a filosofia da Extensão Rural. Em 1930, foi realizada a 1ª Semana do Fazendeiro¹, como uma forma de Extensão proposta pela ESAV.

José Paulo Ribeiro, em seu livro “A saga da extensão rural em Minas Gerais”, conta que durante sua graduação no Curso de Agronomia, realizado em Viçosa, o tema extensão rural não estava presente no seu currículo, mas devido a sua vontade e curiosidade ele buscou, mesmo que de maneira superficial, se inteirar sobre as atividades extensionistas que ocorriam no campus, tendo como motivador maior a Semana do Fazendeiro.

Fonseca (1985) relata que na década de 40, o Governo Americano e a ONU começaram a ajudar financeiramente o Governo Brasileiro, sendo que em 1945 houve a criação de uma comissão brasileiro-americana de Educação das Populações Rurais, conhecida como CBAR. Essa comissão contava com o apoio também da UNESCO, e assim iniciaram a Campanha Nacional de Educação Rural, que por sua vez tinha como embasamento a ideia de que o atraso nas comunidades rurais vinha da precariedade de métodos e técnicas, e que só seria corrigida se utilizasse a educação comunitária que deveria ser implantada através de um modelo americano de Extensão Rural.

Caporal (1991) entende que, se deve ressaltar apenas que a Extensão Rural já foi introduzida no Brasil sob ajuda de capital e influência norte-americana, e que por isso até hoje quando é feita uma análise desse período, entende-se que a organização e a prática organizada da produção no meio rural refletem as políticas e as ideologias e filosofias norte americanas, que foram estabelecidas no momento histórico denominado Guerra Fria.

Queda (1987) escreve que, para o Brasil, tentar se encaixar nessas ideias lançadas na Guerra Fria, lhe custou a total condição de dependência ao capital americano e sua hegemonia. Nesse cenário, então surge o projeto de extensão rural como uma ajuda para alavancar e superar o atraso encontrado na agricultura brasileira.

Foi na década de 40 também que o Ministério da Agricultura, juntamente com as Secretarias de Agricultura, começou a realizar as chamadas Semanas Ruralistas, onde tinham

¹ A Semana do Fazendeiro é um encontro realizado anualmente para agricultores de todo Brasil. Durante semana eles recebem informações, realizam aulas práticas de todos os processos agropecuários e também sobre administração rural e economia doméstica. (OLINGER, 1996).

como ideia principal que agrônomos e veterinários percorressem municípios do interior e levassem conhecimento através de palestras, demonstrações sobre vacinação, preparo do solo e outras práticas simples. A partir disso, também foram criados os conhecidos Postos Agropecuários, que seriam pequenas unidades demonstrativas, mas foram mal administrados, levando a corrupção e contribuindo somente com alguns privilegiados. Esses postos foram doados em 1960 a instituições tanto privadas quanto públicas (OLINGER, 1996).

Caporal (1991), conta em sua tese que o papel do Estado nesse processo de chegada da Extensão Rural ao Brasil, seria de elo entre o conhecimento e a realidade rural, contribuindo na infraestrutura (estradas, por exemplo), e garantindo que o conhecimento técnico onde a agricultura necessitava. Não se pode esquecer que os EUA, tinham muito interesses nesse cenário brasileiro, pois necessitava de novos mercados, expansão de fronteiras para dar vazão ao que tinha sido produzido no país americano no período anterior.

Nesse cenário brasileiro, tem o destaque de um homem, Nelson Rockefeller, intitulado como aliado dos brasileiros, para cooperar na introdução da extensão rural no Brasil. Nelson, como afirma Karavaev (1987), possuía interesses em alguns campos brasileiros desde agricultura até mesmo petrolífera.

Fonseca (1985) descreve Nelson Rockefeller como sendo empresário, filantropo e um representante do governo americano, que em cooperação com o governo brasileiro contribui para a implantação da extensão rural no território brasileiro. O que seria mais tarde o presidente do Brasil, Juscelino Kubistchek, deixava claro seu programa de governo, onde frisava arduamente seu apoio à industrialização e abertura do capital estrangeiro. Nelson se encontrava cada vez mais frequentemente com o Juscelino o que deixava claro o interesse dos grupos do capital estrangeiro, que já haviam se estabelecido no Brasil, na melhoria do atraso da agricultura, para que setor respondesse de maneira satisfatória a sustentação da política de industrialização que estava sendo estabelecida.

A partir disso, a primeira experiência realmente válida, quanto se trata de extensão rural, estava pronta para ser realizada. Em 1948, no estado de São Paulo, numa cidade chamada Santa Rita de Passa Quatro, sob a influência do professor Jonh B. Greefing (diretor da ESAV) e ex. diretor da AIA² (American Internacional Association), que era uma das

² A Aia era uma fundação que teve seus trabalhos iniciados em junho de 1946, no Estado de Nova York. Essa associação tinha duas linhas de pensamento: uma não lucrativa e outra lucrativa onde promoviam o desenvolvimento, para melhorar as condições de vida e que deveria contar com a colaboração de todos os povos envolvidos. Eram fornecidos programas de treinamento, onde eram transmitidas informações sobre nutrição, saúde, práticas agrícolas, e suas ações eram basicamente no Brasil e na Venezuela. (OLIVEIRA, 1999).

instituições Rockefeller, o Sr. Nelson Rockefeller contratou o Agrônomo Marcos C. Pereira, para que fosse implantado um trabalho, que deveria contar com a cooperação de agricultores, empreendimentos locais e o governo de São Paulo.

A AIA ficou conhecida no Brasil como Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social, e possuía como ideologia principal modernizar e modificar o mundo para se ficasse a imagem e semelhança dos EUA. Nelson Rockefeller nesse cenário era governador de Nova York e Coordenador de Assuntos Internacionais do Governo dos EUA e também grande empresário da indústria petrolífera. Tinha como lema principal: “modernizar é necessário: quando a marcha da ciência e tecnologia avançam sobre obstáculos impostos de língua, raça e tradição.” (RAMONIELLO, 2015).

Após o sucesso ocorrido em Passa Quatro, a AIA propôs contribuir na elaboração de um Serviço de Extensão Rural, que deveria contar com uma base permanente, e assim foi escolhida Minas Gerais. Após contatos e reuniões com o Governo Mineiro foi firmado um convênio, datado de dezembro 1948, entre a AIA e o Governo, e assim se dá a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).

A partir desse evento, fica então institucionalizada, em 1949, a Extensão Rural em Minas Gerais, por meio da AIA. Os motivos apresentados para Minas Gerais ter sido escolhida para a implantação da ACAR seria a economia decadente, onde havia indefinição de recursos e o êxodo rural para São Paulo era bastante intenso. Milton Campos se encontrava no governo de Minas Gerais, e define assim um Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, onde constavam diversas medidas econômicas e assistenciais, para que assim diminuísse o êxodo rural. Ele entendia que o processo de êxodo rural comprometia a produtividade agrícola. Com isso, a ACAR pretendia instituir um plano de crédito com o objetivo de aumentar a produção agropecuária e oferecer outros benefícios para o agricultor (RAMONIELLO, 2015).

3.2.3 Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR)

A partir da sua criação então, a ACAR-MG, segundo Ammann (1987) começou a ser desenvolvida no Brasil, a associação repetia o mesmo modelo americano de extensão rural. Esse modelo já vinha sendo utilizado e testado pelos EUA em outros países. O presidente

Roosevelt criou um programa chamado *Farm Security Administration*³, no qual auxiliavam os agricultores na crise de 1930, quando a ACAR começou a funcionar em Minas Gerais ela seguiu os mesmos moldes dessa organização.

Olinger (1996), diz que a ACAR seria o primeiro passo para o que se tornaria posteriormente o segundo maior serviço de extensão rural já visto no mundo. As ideias da ACAR eram relacionadas com difundir práticas de agricultura, pecuária e administração rural e tudo isso era financiado pela Caixa Econômica. As primeiras atividades reais tiveram começo em janeiro de 1949, onde começou o treinamento de técnicos brasileiros por professores americanos.

De acordo com Ribeiro (2000), o que chamamos de Esloc, ou escritório local, foi aberto em Santa Luzia, em março de 1949, e que atendia os municípios de Belo Horizonte, Lagoa Santa, Vespasiano e Betim. Já no final desse mesmo ano, a ACAR já havia aberto mais três Esloc em Curvelo, Ubá e Pedro Leopoldo. Em cada um desses escritórios a equipe era composta por uma supervisora agrícola e uma supervisora doméstica, as quais se dirigiam as comunidades e propriedades locais. Esse deslocamento era efetuado às vezes por Jeep, ou mesmo por cavalo ou a pé.

No começo as atividades de extensão rural da ACAR eram realizadas por meio de visitas domiciliares ou mesmo reuniões em grupo, e dessa maneira foi sendo desenvolvida a relação extensionista/agricultor. Para que isso fosse possível à visão do Jeep nesse cenário era estritamente necessária e estratégica, pois foi através desse meio de transporte que os extensionistas conseguiam ultrapassar barreiras físicas nas estradas e assim poder se comunicar com aquelas famílias que eram mais isoladas. Muitos autores veem o Jeep em si, como um símbolo dessa época, devido à representação que a sua imagem criava, imagem essa de força, resistência e garra, ou mesmo a ideia de “saga”, que é algo que está na origem do sistema ACAR-MG que foi estabelecido (Ramoniello, 2015).

Com o passar do tempo a ACAR, foi cada vez mais ocupando territórios e instalando novos escritórios, e nessa época já era necessária uma auxiliar de escritório, para contribuir

³ A Farm Security Administration foi uma programa criado após a Grande depressão, e possuía como objetivo principal ajuda a buscar soluções para a crise agrícola que havia se desenvolvido no país na década de 30. Em 1937, a equipe que formava essa organização já contava com muitos nomes influentes na parte de fotografias, onde eles buscavam registrar os migrantes nas zonas rurais dos EUA, para que o governo fosse capaz de registrar as dificuldades que assolavam o país e retratar a evolução dos programas de ajuda que estavam sendo desenvolvidos para as comunidades rurais. Como curiosidade Ramonielli (2005), conta em seu livro que entre 1935 e 1942 a organização já possuía em torno de 270 mil negativos de fotografias, e que atualmente eles se encontram na Biblioteca do Congresso, na cidade de Washington.

com a organização dos Esloc. As equipes de técnicos visitavam as propriedades, conheciam seus problemas tanto no âmbito social, quanto no âmbito financeiro. Eram organizadas palestras, reuniões ou mesmo demonstrações em algumas fazendas, para que através do conhecimento passado, acontecessem mudanças nos hábitos dos agricultores e assim fossem capazes atingir o desenvolvimento esperado. Todo o trabalho promovido nas propriedades tinha como ideia base envolver toda a família, sendo esposa, filhos e o próprio agricultor, para que juntos contribuíssem para um maior crescimento, maior produtividade e melhor bem estar social. (OLIVEIRA, 1999)

Na área de crédito rural oferecido, ele era utilizado para a modernização da produção, e nesse quesito estavam inclusas reformas das propriedades, como adquirir maquinário necessário tanto para a tecnificação da produção como para de uso doméstico. As famílias também contavam com um plano de Administração Rural, que englobava tanto a propriedade como o lar, e nesse ponto eram priorizadas obras de saneamento, hortas, pomares e vestuário, tudo que podia contribuir para que a vida no campo melhorasse de maneira satisfatória (RUAS, 2006).

O sistema de crédito que era oferecido pela ACAR, tinha como objetivo aumentar a produtividade agropecuária e fornecer benefícios para melhorar a vida rural (maquinário, insumos, equipamentos, que eram também necessidades do lar e da própria propriedade em si), portanto a ACAR entendia que financiamento em parceria com assistência, era a fórmula para realmente alavancar a agricultura de maneira responsável, em contrapartida houve a abertura nas propriedades para a entrada de insumos e produtos produzidos pelas empresas capitalistas e estrangeiras.

Na sua tese, Queda (1987) relata que, o crédito e a assistência técnica, tinham como objetivo principal a estratégia para disseminar as informações e inovações para que assim aumentassem a produção, e com isso aos poucos ia acontecendo a modernização da sociedade rural brasileira.

Outra ideia desenvolvida pela ACAR foi à criação do que eles intitulavam de Clubes 4-S, lembrando que essa estratégia também vinha do modelo americano adotado. Em Minas Gerais, o símbolo era 4-S e que significava Saber, Servir, Sentir, Saúde. Como emblema foi utilizado um trevo e cada S em cada uma das folhas. Esses clubes eram compostos por jovens, ou seja, os filhos dos produtores rurais que eram atendidos pela ACAR, e que possuíam como objetivo estar junto com esses jovens, buscando cada vez mais abrir a mente dos produtores em relação às mudanças, a novas experiências, ideias. A ACAR treinava os extensionistas

para que eles atuassem nesses clubes e também desenvolviam ações cívicas para chamar cada vez mais os jovens para participar dos clubes (OLIVEIRA, 1999).

Portilho (1998) afirma que esse tipo de serviço oferecido pela ACAR, tinha como ideia central a modernização da agricultura, tendo como base o modelo americano, onde era desenvolvido através de uma prática educativa informal e assistência técnica, que era difundida no espaço de uma maneira ordenada e racional, e como isso transferindo inovações e tecnologias apropriadas a sociedade rural.

Com o financiamento para aquisição de produtos como insumos, adubos, vacinas e maquinário, houve um avanço do capitalismo no campo (SANTOS 1993).

A pesquisadora Fonseca (1985), descreve que a extensão rural instituída no Brasil, foi algo que as elites aderiram para que houvesse a manutenção de seus próprios interesses e que não estava se preocupando com a necessidade real das populações rurais.

Os escritórios nessa época utilizavam as demonstrações técnicas e seus resultados para que difundir as técnicas utilizadas. A ação extensão rural demonstrava as inovações e modernidades em relação à administração da propriedade e do lar, através de recursos visuais, o que para a época era surreais. As visitas domiciliares e as reuniões continuavam sendo as formas mais usuais de promoção da extensão rural (RUAS, 2006).

Nesse período a ACAR, fazia a utilização massiva de recursos como cartazes, panfletos, artigos, jornais, filmes, para contribuir na solução dos problemas rurais, contudo esses recursos não obtiveram o resultado esperado, pois as comunidades rurais, não estavam respondendo a essas tecnologias que lhes foram apresentadas.

Fonseca (1985) relata que, nesse cenário houve uma avaliação da ACAR, realizada por uma equipe americana que mostrou a todos um resultado que não estava sendo esperado. Foi concluído que havia a necessidade de um novo planejamento, onde a educação deveria ser colocada no centro das atividades e que o crédito deveria ser uma ferramenta para se implementar todas as técnicas recomendadas, após isso, nessa mesma época, a extensão foi usada como um instrumento de educação.

O relatório apresentado pelos técnicos demonstrou que era necessário abrir mão da estratégia utilizada, e assim conseguir uma mudança na mentalidade do produtor rural, para que com isso fosse mais fácil fazer com que ele adotasse as instruções técnicas que lhe foram passadas. De acordo com Santos (1993), no ano de 1952, a extensão foi proposta como uma atividade relacionada à educação.

A partir dessa ideia de mudar a prática extensionista, foi criado em 1954, o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), que iria executar os projetos que contribuíssem para o alavancar

da agropecuária nacional, tendo como embasamento a assistência técnica e a extensão rural, e com isso estimulando a extensão rural. O ETA também foi responsável por criar os serviços de extensão rural no Sul do Brasil, denominado ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural). Nesse mesmo ano foi criado o Banco do Nordeste e a partir daí um grupo de políticos criou a ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural), possuindo assim o mesmo modelo da ACAR, abrangendo assim os estados Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (RAMONIELLO, 2015).

Já no ano de 1956, o então Presidente do Brasil, Juscelino Kubistchek, foi atrás dos correspondentes da AIA no Brasil, pois entendia que era necessário expandir o Programa de Crédito para todo o território brasileiro. Nelson vem então ao Brasil para tratar desse assunto, e Juscelino propõe que fosse utilizada a sigla ANCAR, onde o “N” estaria se referindo a palavra Nacional, mas como já existia ANCAR e está estava situada no Nordeste, o presidente achou melhor utilizar ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) (OLIVEIRA, 1999).

3.2.4 Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR)

Como foi dito no texto anterior, no ano de 1956, nasce então a ABCAR, e esta organização tinha como objetivo promover a extensão rural em todo o Brasil. Essa entidade era de caráter privado e possuía como filiadas ETA, Ministério da Agricultura, a AIA, a ACAR-MG, a ANCAR, a ASCAR, e mais tarde o Banco do Brasil e o Banco de Nordeste Brasileiro (FONSECA, 1985).

A partir desse momento, todas as ACARs existentes se filiaram a ABCAR, a qual estava diretamente ligada ao Governo Federal, e possuía como objetivo traçar as metas e diretrizes, que iriam indicar o caminho de trabalho das ACARs (Ramonielli, 2005). Como finalidade principal, a ABCAR deveria organizar e coordenar todas as atividades de extensão realizadas no Brasil, assim como realizar periodicamente avaliações dos resultados obtidos e procurar soluções e novas direções que aumentassem a produtividade e o trabalho fosse mais eficaz. Outro ponto que era de responsabilidade da organização seria a captação de recursos tanto no Brasil, como no exterior, assim como se preocupar com a doutrina e difundir a ideia de extensão por todos os cantos do país.

A ABCAR foi criada também com o intuito de difundir tecnologias de forma nacional, e possuía também por base o modelo de extensão americana. Essa organização vinha para tentar evitar o fracasso da extensão rural em termos de falta de recursos financeiros

e como uma maneira de vincular esse setor considerado primário, em termos de economia, ao setor financeiro e industrial (PORTILHO, 1998).

Lima (1984) afirma que, a ABCAR era considerada uma associação, na qual o dinheiro para crédito vinha da AIA, até o instante que o Governo Brasileiro, assumisse a responsabilidade do orçamento dessas atividades.

Esse fato acima pode ser confirmado com a elaboração do Plano Quinquenal de Extensão Rural (1961 a 1965), que contou com a participação de todas as filiais estaduais, sendo nesse momento aberto o caminho para a institucionalização do Sistema ABCAR (Sistema Brasileiro de Extensão Rural), que ficou também conhecida como SIBER e SIBRATER.

Olinger (1996) conta que, esse período ficou conhecido como o melhor para a extensão rural no Brasil, quando se diz respeito à expansão e qualidade do que foi ofertado aos agricultores em termos de serviços prestados.

No ano de 1961, Jânio Quadros já se encontra no poder, e diante de um decreto nº 50.632, a ABCAR e todas suas filiadas estaduais, foram reconhecidas como órgãos para cooperação e considerados de utilidade pública. O Plano Quinquenal então finalmente é aprovado, com isso a união deveria contribuir com 60% para os custeios dos anos 1961 e 1962 (RAMONIELLO, 2015).

A ABCAR tentou expandir a extensão rural por todos os estados e promover convênios com aqueles governos que ainda não faziam uso da extensão rural. Lembrando que os dirigentes das filias das estaduais eram escolhidos pelo governo, e isso tem influência direta na maneira que era norteado o trabalho, pois ficava evidente, como relata Portilho (1998), a dominação que era exercida entre o agricultor e o extensionista, entre dominado e dominante, isso era um reflexo evidente do modo capitalista que era estruturado toda a organização da ABCAR e das ACARs.

Portilho (1998) descreve que, esse primeiro momento ficou conhecido como “humanismo assistencialista”, estendendo de 1948 até 1960, e que o intuito era aumentar a produtividade agrícola e com isso contribuir para a melhoria do bem estar das famílias rurais, aumentando a renda e reduzindo a mão de obra que era utilizada no campo.

Nessa época as chamadas equipes dos Esloc's, contavam com um extensionista e alguém da área social, e eles utilizavam de métodos que eram chamados de paternalistas, onde não eram discutidos os problemas que surgiam nas propriedades dos agricultores e sim eles eram induzidos a realizar mudanças em seus comportamentos através de metodologias que

havia sido estabelecidas anteriormente, e que não faziam os agricultores desenvolverem seus pensamentos críticos e somente atender as necessidades urgentes (LISITA, 2015).

Lisita (2015) também conta que, em agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia o cargo de presidência, e vários grupos não desejavam que Goulart assumisse o cargo, alegando que ele era um risco à segurança nacional.

Nesse período, é sugerida uma avaliação da ABCAR, sendo a mesma efetuada por meio do Plano Quinquenal. Essa atividade foi o primeiro esforço para se tentar elaborar um Plano Nacional de Extensão Rural. Para a conclusão desse documento, foi sugerida a realização de uma pesquisa sobre como estava indo a realidade no meio rural, a partir daí se teve a afirmação de que existiam muitos problemas e que somente o Extensionismo não seria capaz de resolver tudo.

Nessa pesquisa foram apontados problemas quanto aos recursos naturais renováveis, trabalho humano, a estrutura agrária a qual estavam inseridos, problemas econômicos e financeiros na produção agrícola, a própria organização da vida no campo e as maneiras que eram utilizadas para se levar informação a comunidade rural (OLIVEIRA, 2011).

O país passava então por um período conturbado, com greves, exigência da reforma agrária, o início das movimentações para fortalecer os sindicatos e mesmo criação das Ligas Camponesas de Francisco Julião⁴, e tudo isso vinha para salientar a necessidade de uma maior atuação do governo no campo.

Houtzager (2004) descreve que, durante o governo de Goulart, ocorreram várias mobilizações de trabalhadores rurais. Todos aqueles que não se importavam com os camponeses (políticos, PCB, assim como outros), a partir desse momento buscaram sua cooperação, pois foi naquele cenário que se consolidou uma base política rural. O governo tentava de toda maneira manter o controle sobre os movimentos rurais, e para isso estender para o campo o regime trabalhista, através do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. A partir disso, nesse mesmo ano foi lançado um Plano Trienal, que possuía em sua base a Reforma Agrária.

Em 1961, a AIA resolve sair da direção da ABCAR, continuando somente com a condição de financiadora e contribuindo na consultoria de projetos extensionista. O Plano Diretor Quinquenal (1961 – 1965) então é escrito somente por brasileiros. Além de outros

⁴ Essas ligas não mais eram do que organizações dos agricultores formadas pelo PCB, a partir do ano de 1945. Foi considerado um dos maiores movimentos pela reforma agrária e pela melhoria da condição de vida no campo. Com o fim do Governo de Getulio Vargas, elas foram contidas e somente em 1954 voltaram a ter voz no cenário brasileiro, contribuindo para a queda de João Goulart em 1964.

detalhes, foi nesse plano que a agricultura passou a ser vista como secundária no desenvolvimento econômico nacional.

Portilho (1998), afirma que, a relação em governo e ABCAR, encontravam-se entre os princípios estabelecidos de desenvolvimento. O papel da ABCAR se referia ao papel de intermediar os conflitos entre agricultores, utilização do capital e o desenvolvimento agrícola, lembrando também de contornar os problemas que vinham junto com a modernização. No entanto, antes do plano terminar, acontece o golpe de estado em 1964, instalando um governo militar no cenário brasileiro.

Nesse mesmo ano, o governo militar sob alegação de proteção ao interesse à segurança nacional, adota uma linha nacionalista e que se opunha ao comunismo. Decretam então medidas que refletem diretamente no campo, com a Lei 4.504, o Estatuto da Terra, a criação da IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) (RAMONIELLO, 2005).

A ideia de modernização, vinda dos EUA nos anos 50, começa a ganhar força no cenário brasileiro através do Governo Militar, visto que a partir dela esperava-se obter mudanças no pensamento dos países do Terceiro Mundo, e para isso foram utilizados meios de comunicação e a influência dos agentes de desenvolvimento (ROGERS & SHOEMAKER, 1971).

De acordo com Olinger (1996), no ano de 1966, foi instituído um decreto, que vinha para trazer mudanças na estrutura nacional de extensão, onde o Ministério da Agricultura, juntamente com o INDA passa a coordenar os assuntos referentes ao extensionismo rural.

Já em 1969, e sem a presença da AIA, visto que a mesma havia terminado suas operações em 1968, a ABCAR continuava ainda a receber ajudas financeiras do Governo Americano (THIOLLENT, 1984).

Até os anos 70, as organizações de pesquisas agropecuárias, que faziam parte do Ministério da Agricultura, realizavam no que se diz respeito à pesquisa agropecuária pública federal. Quando se refere à parte de estudos, nessa época existe um grande destaque para o Instituto Agrônomo de Campinas, considerada um dos melhores institutos de pesquisa. O autor também afirma que diversas pesquisas realizadas não eram repassadas para os agricultores, a partir disso e juntamente com outros fatos o Ministro da Agricultura, Fernando Cime Lima, propõe ao então presidente da república, a criação da Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (OLINGER, 1996).

Surge no ano de 1970 o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), após a extinção do INDA e do IBRA, criados em 1966. O INCRA vinha com a missão de organizar

e realizar a Reforma Agrária, efetuando o cadastro de imóveis rurais e coordenando e administrando as terras da União. A partir disso, a ABCAR tinha somente a missão de coordenar a Extensão Rural no Brasil.

A ABCAR passa por algumas modificações como o atendimento aos grandes fazendeiros eliminando os médios e pequenos, procurando o aumento da produção, planejamento grande em vez de planejamento local e concentrado nas áreas de necessidade e outras mudanças. Com esse aumento, o INCRA já não tinha controle real da extensão rural no Brasil, acontecendo demissões nos ministérios e retaliações no governo (OLINGER, 1996).

Todas essas mudanças nos ministérios do governo gera uma instabilidade política e começa a decair o sistema de extensão, a política encontra-se abalada por motivos pessoais levando assim a extinção da ABCAR, no ano de 1975. As suas filiais ACAR, ANCAR e ASCAR também são extintas e posteriormente criada a EMBRATER (RAMONIELLI, 2005).

3.2.5 Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER)

Após a queda da ABCAR, foi criada em 1975 a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). Ramoniello (2015) descreve que essa instituição vinha com o objetivo de melhorar a condição de vida do meio rural e conseguir aumentar a produção de alimentos e conseqüentemente aumentar a matéria prima que poderia suprir o mercado interno e externo. Com isso, houve um arranjo dos produtores em relação a sua renda: alta renda, média renda e baixa renda. Cada produtor era colocado em cada categoria de acordo com a sua produção em alta escala, media escala e baixa escala.

Oliveira (2011) conta que, em 1974 o então Presidente Ernesto Geisel, cria a Sibrater (Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural), e que seria coordenada pela EMBRATER. A partir disso, a EMBRATER e a EMBRAPA, ficam responsáveis para alavancar e desenvolver a agropecuária brasileira.

Caporal (1991) define a EMBRATER como sendo um órgão que possuía como característica a coordenação, e que era ligada ao Ministério da Agricultura, onde seu objetivo principal seria difundir a tecnologia no meio rural, atendendo aos produtores de baixa, média e alta renda. Conseqüentemente foram então criadas as conhecidas EMATER's coordenadas pelas empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural.

O autor citado acima também lembra que na Lei onde se decretou a existência da EMBRATER, se caracterizava ainda a criação de meios estaduais, para que se cumprissem as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural, e que como atividade primária seria a realização de um assessoramento aos governos estaduais para que se encerrassem as

atividades nas antigas associações de crédito e a partir disso institucionalizar as empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Portilho (1998) descreve que, a EMBRATER surgiu no momento que a política de modernização da agricultura tentava manter a qualquer custo o modelo conservacionista de acumulação, por meio de diminuir as diferenças sociopolíticas e econômicas e manter a participação popular controlada. No meio rural, a situação da modernização estava diretamente ligada ao consumo de produtos industrializados, geração de matérias primas e de empregos.

Queda (1987) afirma que, a tática para que ocorresse a mudança social no meio rural, estava diretamente ligada ao início da difusão do conhecido milagre da modernização, onde máquinas e produtos importados eram vistos como sendo o moderno. A partir dessas instituições ou associações era oferecido o crédito, aos que possuíam terras suficientes para serem avaliadas, para que se pudessem adquirir essas inovações consideradas modernas.

De acordo com Ruas (2006), nesse cenário a prática educativa que foi seguida pela extensão rural privilegiava a assistência técnica que era atrelada aos conhecidos programas de modernização do campo, sendo por meio da difusão da tecnologia. O autor também detalha que o extensionista, passa nesse momento a ser responsável pela disseminação das ideias dos famosos “pacotes tecnológicos”, e que eram construídos com base em pesquisas e com a implantação de programas específicos como: PROVARZEAS, CONDEPE (pecuária de corte), PDPL (pecuária de leite) e o POLOCENTRO (objetivo de expandir as fronteiras agrícolas).

Portilho (1998) lembra que, durante os anos de 70 e 80, a conhecida Extensão Rural estava se desenvolvendo de acordo com a política de modernização agrícola, conservadora, e atuando junto com os programas para que se abrissem novas fronteiras agrícolas. Durante a implantação da EMBRATER, foram criados inúmeros escritórios por todo o país e novos profissionais foram contratados.

Nessa fase que se encontrava a extensão rural no Brasil, o principal objetivo era de convencer os agricultores de que para que eles pudessem crescer e produzir cada vez mais era necessário realizar melhores práticas agrícolas. Com isso pode se definir que a extensão era simplesmente conseguir crédito para os produtores e a partir disso orientá-los, de acordo com os princípios da Revolução Verde. A Revolução Verde pode ser definida como um programa que idealizava o aumento da produção, através do melhoramento genético de sementes, uso intensivo de adubos e insumos industrializados, mecanização e posterior diminuição no custo do manejo (PORTILHO, 1998).

Lisita (2015) entende que, essa Segunda Fase da Extensão Rural, o período que houve um crescimento exponencial na utilização do crédito rural (1964-1980), pode ser chamada de “difusionismo produtivista”, sendo fundamentada em adquirir, por parte dos agricultores, um pacote tecnológico, onde era necessário um alto investimento em maquinário e insumo. A extensão mirava o aumento da produção agrícola, a partir do momento que houvesse uma modificação no pensamento dos agricultores, para que eles passassem do tradicional para o que consideravam moderno.

Ramoniello (2015) narra que, o modelo utilizado no Brasil era ainda nos moldes americanos de extensão rural, e que a partir disso foi realmente rápido o aumento no número de extensionistas, de escritórios, veículos, projetos, dentro outros mecanismos da mídia, e que tinha como princípio convencer a sociedade rural a usar os chamados pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

3.2.6 Modificações do papel social da extensão rural

Ramoniello (2015) relata que, na década 70, o cenário brasileiro era tomado por crises, recessão econômica, altos índices de desemprego, muita luta por melhoria nos salários e os produtores buscando melhores preços para sua produção. Com isso, foi criado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 1975 – 1979), que nada mais era que um novo plano econômico do governo brasileiro. O presidente na data era Ernesto Geisel e vinha com o objetivo de incitar uma maior produção de produtos básicos como alimento e energia. O PND foi visto por muitos como uma contrapartida ao fim do conhecido milagre econômico, período que durou seis anos e que obteve um crescimento que chegava a ser superior a 10% ao ano.

O autor acima também diz que no cenário agrário a sociedade rural, começou a se organizar para discutir soluções para os problemas críticos da época como Reforma Agrária e a crise que assolava a agricultura. Todos os movimentos e associações criadas nessa época ganharam força com a expressiva participação de todos os trabalhadores e até mesmo de outras segmentações da sociedade.

EMBRATER (1989) conta que, no ano de 1979, houve uma relevante mudança no que era dito pela EMBRATER, onde foi elaborada uma nova política agrícola, baseando nos erros cometidos durante os anos anteriores. A partir daqui, a extensão começa a ser novamente voltada para os pequenos produtores. A mudança foi se dando lentamente e de maneira gradativa, até que no final dos anos 80 e início dos anos 90, a extensão abrange os pequenos e médios produtores, trabalhadores rurais e suas famílias assim como os militantes da Reforma Agrária e toda associação informal e formal que defendia essa causa.

Portilho (1998) dita que, na década de 80, foi iniciado no Brasil um processo de redemocratização, que levou a promulgação da Constituição Federal (1988) e a partir disso, criadas as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais, afirmando o procedimento de descentralizar a administração no Brasil. Deve se lembrar e destacar que na Constituição é dever da União realizar a assistência técnica e extensão rural de forma gratuita e pública, sendo destinada aos produtores rurais e assentados.

A partir disso então, o papel da EMBRATER começa a ser de maneira participativa entre o poder público, a sociedade rural e as organizações criadas pelas comunidades rurais. O Brasil passava por uma época de transição entre a ditadura e a democracia e foi nesse cenário que os extensionistas tentavam buscar, através de palestras e seminários, o real papel que a extensão rural deveria exercer.

Masseli (1998) conta que, devido à dívida externa adquirida pelo país, na segunda metade dos anos 80, o Brasil entra novamente em crise, o que afasta o capital estrangeiro do país. Perdem valor também o crédito e a extensão rural. Lembrando que até agora a extensão rural dependia quase que exclusivamente dos recursos federais, sem esquecer que durante 1979 até 1985, o país realizou empréstimos ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, para ajudar a contornar os problemas financeiros que surgiram nessa época.

De acordo com Lisita (2015), devido à finalização do crédito rural, foi proposta uma nova ideia de extensão, onde seria necessário difundir um novo pensamento crítico nos profissionais da extensão. O chamado planejamento participativo vem como uma ferramenta entre os agricultores e os extensionistas, fundamentada na ideia lançada por Paulo Freire. Esse momento foi conhecido como humanismo crítico, e tinha por base realizar intervenções rurais levando em consideração a cultura do público alvo e suas limitações. A grande diferença agora era de que haveria participação real dos agricultores.

Paulo Freire (1988), conta em seu livro que trabalhar com metodologias participativas e estimular o lado crítico nada mais é que uma maneira de educar. Seria necessário estabelecer relações de diálogo entre os dois lados da extensão, para que fossem discutidos os problemas e possíveis soluções de acordo com a realidade dos produtores e que a partir daí, ou seja, a partir do momento que os produtores refletissem cada vez mais sobre seus próprios problemas, com o passar do tempo, eles seriam capazes de tomar decisões de maneira crítica em torno da sua realidade.

Na ideia de Rodrigues (1997), o período de 1985 a 1989, houve uma maior expressão das associações e organizações dos agricultores, e uma maior ideia das consequências trazidas

pela modernização, o que reflete o fim da ditadura. A partir disso, os extensionistas baseados nas ideias de Paulo Freire, começam a interrogar as organizações de Extensão existentes.

Dias (2007) fala que, foi nessa época que aconteceu uma aproximação das empresas de extensão rural e os movimentos que representavam os agricultores e assentados. Já em 1985, o então presidente da EMBRATER, Romeu Padilha de Figueiredo propõe uma nova ideia de ação extensionista, baseada na ideologia de Paulo Freire, onde deveria haver uma maior aproximação dos profissionais com os agricultores, havendo assim uma assessoria no cultivo e manejo para que pudesse suprir os mercados internos.

3.2.7 Contribuição de Paulo Freire nesse cenário extensionista

Segundo Ramonielli (2005), Serrano (s.d) e Caporal (2009), o trabalho do autor Paulo Freire “Extensão ou Comunicação” (1968), foi usado como base para muitas mudanças no pensamento extensionista. Com isso, achei necessário que fosse primeiramente escrita uma resenha crítica sobre o livro, para que o leitor que não tivesse lido o livro soubesse do que se entrava.

O livro abordado tem como autor Paulo Freire⁵ e foi escrito em 1968. O livro trata da relação entre o camponês e o agrônomo, juntamente com a relação entre professor e aluno. A ideia principal durante toda a leitura é no que se diz respeito à extensão e a ideia de posse do conhecimento, sem que fosse possível ser transmitida. Basicamente um formato hierárquico de detector do conhecimento.

Por diversas vezes o autor expõe a falta de dialogo existente entre aquele que detém o conhecimento didático e o que é visto como menor, por não possuir o conhecimento afirmado ser o necessário. Pode ser visto e observado em várias partes o embate entre a técnica e a prática, como também o sentimento de superioridade daquele que supostamente se julga detentor do conhecimento. As relações homem mundo não poderiam e não devem ser absolutas, pois não existe um só pensamento a respeito de algo, sempre sofremos influências externas, e isso nos leva a muitas vezes alterar nosso pensamento e nos faz construir um pensamento diferente.

Como isso o que seria extensão para o autor? Segundo Freire, a extensão seria como se substituísse uma forma de conhecimento por outra. Como ele mesmo diz, seria uma pura ação de estender, onde o conhecimento estendido se torna estático. Não haveria uma troca de

⁵ “O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.” (FREIRE, 2006: 36).

conhecimento, mas sim predominaria a técnica sobre a prática. Como não existe uma crítica autêntica, onde as pessoas entenderiam a necessidade de serem objetos de transformação do mundo, haveria a fragilidade presente nas relações que envolvem o saber.

Conhecimento não se trata somente do que está escrito nos livros didáticos utilizados como fontes de saber total, mas em tudo que envolve e estabelece as relações do homem para com o mundo e vice-versa.

A extensão seria somente uma transmissão de um conhecimento ao outro, sem que haja nenhum tipo de barreira imposta do outro lado, a informação é aceita sem que haja reflexão ou discussão de ideias. Mas e a comunicação? Para Paulo Freire é vista como um conceito de troca de saberes entre os sujeitos.

Serrano (sd) em texto sobre a obra estudada afirma que o livro seria um ensaio do autor e sua reflexão sobre o seu trabalho no Chile, onde buscou refletir sobre a ordenação lógica de conceitos (da extensão) e sobre o trabalho do agrônomo (técnico em contato com o camponês) como um ato educativo em uma perspectiva humanista.

Durante todo o momento Paulo Freire aborda o significado do termo exposto: extensão, sendo estender algo a alguém. Com isso, analisa e apresenta tudo que esse termo pode significar, como dominância a respeito de algo, transmissão, superioridade entre outros. Conclui-se então que tudo que cerca o termo extensão na verdade são ações que transformam o camponês em algo menor ou inferior, como uma coisa. Não sendo referência quando dizem que o agrônomo corresponde a um fazer *Libertador como extensionista*.

O agrônomo deveria ser um agente transformador do mundo, e daqueles com que se interage. Mas quando se reflete sobre a proposta da extensão nota-se seu caráter mecânico, onde extensão seria transmitir, levar, depositar o conhecimento. Entendendo que um sabe e o outro desconhece.

Paulo Freire também aborda a questão da reforma agrária, transformação cultural e papel do agrônomo como educador, onde existe a preocupação sobre a dialogicidade, a reflexão sobre tudo e sobre si mesmo e da realidade onde vivemos. Afirma ser necessário que o sujeito em questão saia de sua zona de conforto, onde existe uma mera opinião e percepção das coisas para que se possa encontrar o verdadeiro saber.

A partir dessas afirmações, o autor nos demonstra como é antiga e desumana a teoria da extensão. O que é totalmente diferente do que chamamos de verdadeira educação, nos apresenta sim uma invasão cultural na relação entre o extensionista e o camponês.

Paulo Freire, nos alerta para não haver confusão entre termos como extensão e educação. A educação é algo humano, já a extensão vem como algo de manipulação e

domesticação para com o camponês. A partir disso, se torna necessário o diálogo, a necessidade da reforma agrária, e a menor valorização das técnicas onde o que deve realmente ser valorizado seriam os homens. Deve-se aos poucos ir construindo uma nova mentalidade, onde existe uma maior importância com a carga histórica do sujeito: “que o homem não é apenas o que é, mas também o que foi”.

Com isso vimos que são necessárias mudanças e que essas são possíveis de acontecer, desde que os sujeitos se vejam como agentes da mudança, mas vejam nesse patamar também os camponeses, iniciando um processo de transformação mútuo. Vimos à necessidade durante todo o livro de entendermos os conceitos e origens das palavras trabalhadas e o autor a todo o momento nos relembra isso.

Para que o verdadeiro conhecimento seja gerado é notável a necessidade da existência de sujeitos que pensem, dialoguem e se comuniquem, para que a relação social construída seja também uma forma de construir o mundo e construir a si mesmos. Para o autor, “não há pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado”. Assim, o mundo humano é um mundo da comunicação, e comunicação se dá através de sujeitos participantes que apresentam reciprocidade entre si. Diferentemente da extensão onde há um sujeito que sabe e outro que não sabe, na comunicação não há sujeitos passivos. Nesse sentido a educação é comunicação.

Comunicação impõe o diálogo. Freire afirma ser necessária a comunicação entre técnicos e camponeses abrindo assim um canal de comunicação, rejeitando toda forma de manipulação e afirmando sempre “comunicação sim, extensão não”. Destaca que é preciso ver o homem em sua interação com a realidade e a importância do conhecimento histórico-social-cultural no fazer dos homens, já que a história é feita pelos homens e ao mesmo tempo nela vão se fazendo. Assim, mostra que o movimento do homem e do mundo é dinâmico.

Para Freire o sujeito tem de fato uma situação de verdadeira aquisição de conhecimento, onde todos são criadores de conhecimento. Assim o técnico-educador deve constantemente buscar o diálogo para com os camponeses e melhorar a realidade.

Como foi afirmado por diversos autores o livro é extremamente interessante e atual (foi escrito em 1968), as ideias apresentadas são oportunas para quem quer trabalhar e entender melhor a comunicação tanto nas comunidades rurais como urbanas.

No meu ponto de vista, um detalhe que me leva a achar uma grande leitura está na profundidade das ideias, e também em todo momento sermos levados a refletir a origem e significado das palavras usadas.

[...] nenhum meio ou pessoa física possui o poder de dar voz a alguém, mas de potencializar a voz que já existe. A formação do sujeito crítico é princípio básico para que uma ação seja considerada de caráter educativo. É necessário abrir mão da definição assistencialista de extensão e trabalhar a partir do diálogo, dando margem para o verdadeiro espírito libertador do conhecer.” (FREIRE, 1968).

3.3 EXTENSÃO RURAL A PARTIR DE 1991

3.3.1 Extinção da EMBRATER e afirmação da PNATER

Durante o governo de Sarney, a EMBRATER teve toda sua diretoria alterada. O novo diretor realiza então um pronunciamento, onde discursa sobre novos planos para a agricultura brasileira, sendo que o que foi dito não estava de acordo com o governo. Olinger (1996) diz que, foi esse episódio que levou o Congresso Nacional a pedir a extinção da EMBRATER, acontecida no ano de 1991, quando Fernando Collor era presidente, com esse acontecimento a EMBRAPA passa a ser a responsável pela administração e coordenação nacional da extensão rural no país.

Com a extinção da EMBRATER, houve uma significativa diminuição de recursos públicos e não houve mais modificações ou renovação no quadro de extensionistas das Emater, a partir disso a instituição passa a depender do governo estadual e municipal. Ramonielli (2005) conta que, para se manter em pé as instituições foram pedir ajuda aos governos estaduais, e com isso estabeleceram convênios com prefeituras e organizações como sindicatos e cooperativas.

Collor além de extinguir a EMBRATER, desativa também a Sibrater, passando tudo para as mãos da EMBRAPA, e depois para o Ministério da Agricultura. De acordo com Scaramelo (2015), esse período, conhecido como década perdida é marcada pela perda de esperança, dignidade e reconhecimento dos extensionistas.

Muitos desses profissionais, diz Ribeiro (2000), tiveram que morar com famílias de favor, procurar outros empregos para pagar as contas, ou mesmo se mudar a procura de melhores salários em outras empresas e ramos. A Emater, nesse cenário encontra-se sem coordenação nacional, e passa a ser administrada pelos governos estaduais, o que gera mudanças nas suas metodologias e cada governo insere sua própria política de extensão rural.

Os movimentos sociais rurais ganham mais força e visibilidade, realizando protestos, invasões e reivindicando seus direitos, sendo um deles o de que a extensão rural fosse algo de acordo com as suas necessidades e realidades, para que fosse realmente realizada a inclusão

social e a reforma agrária. Nesse mesmo contexto, é realizada a ECO 92, no ano de 1992, onde foi pautada a necessidade de certo limite ambiental para tudo que iria ser feito em relação às propostas de desenvolvimento (SCARAMELO, 2015).

Houve então um aumento na consciência ambiental, e acontecia uma grande pressão dos movimentos sociais, foi aí que surgiu a necessidade de um novo significado para a extensão rural, novos objetivos, princípios e conceitos. Esse novo modelo de extensão rural, foi pedido também pelos próprios profissionais que ainda restavam nas instituições de extensão.

Foi a partir de toda essa pressão das organizações sociais como Movimento dos Sem Terra, agricultores, profissionais e pensadores, que foi retomada os serviços de extensão rural, e existe então uma esperança em relação aos agricultores familiares, que já encontravam esquecidos.

Ruas (2006) descreve que devido a essas movimentações ocorridas no cenário nacional, algumas reivindicações foram alcançadas, mas ele entende que o maior destaque vai para o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, que era uma política voltada para a necessidade da agricultura familiar, onde todos os recursos vindos de trabalho de extensão rural retornavam para a manutenção da própria instituição, o que acabou sendo a salvação para essas empresas estaduais.

De acordo com Dias (2007), a liberação do crédito era realizada após a construção de um projeto técnico e a empresa de assistência precisava dos recursos para realizar a assistência técnica.

Segundo Ruas (2006), o PRONAF veio como consequência de um esforço mútuo e efetivo, para ser construída uma nova política de inclusão social, na qual estavam inseridos todos os conjuntos de agricultores rurais, sejam eles trabalhadores rurais, posseiros, arrendatários, assentados e proprietários de terras. Outra organização que merece destaque e que vem desde então ganhando espaço é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, composta pelos agricultores familiares e representantes de sindicatos municipais.

No ano de 2003, Lula assume a Presidência da República e várias mudanças começam a surgir nesse campo rural. Projetos políticos começam a ser realmente executados. Vida digna no campo é o primeiro a sair do papel, totalmente voltado para a agricultura familiar, entendendo a necessidade da reforma agrária, e no combate a fome a pobreza. No que se diz extensão rural, várias modificações aconteceram como a ATER não seria mais responsabilidade do Ministério da Agricultura e Abastecimento, onde estava sob guarda da EMBRAPA, deste o fim da EMBRATER e sim do Ministério de Desenvolvimento Agrário

(MDA). Posteriormente foi criado o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), o qual está atrelado a Secretaria de Agricultura do MDA.

Uma das mais importantes modificações está relacionada com o fato do Dater, ser composta por extensionistas gaúchos, pois durante toda sua trajetória a Emater Rio Grande do Sul reformulou sua visão e missão, o que resultou em uma nova política pública de ATER, na qual tinha como proposta principal a “extensão rural agroecológica”. Caporal (2004) descreve que essa intervenção tem como finalidade chegar até um sistema desenvolvido socialmente e ambientalmente sustentável, e que com isso utilizaria os princípios da Agroecologia, como critério para se obter o desenvolvimento sustentável e selecionar dentro dessa filosofia as melhores soluções e as mais compatíveis para cada agroecossistema não se esquecendo da cultura de cada comunidade rural.

Já em 2003, conta Ruas (2006), o MDA, através da Secretaria de Agricultura Familiar, propõe a sistematização das exigências dos agricultores e extensionistas e as apresenta em palestras estaduais e nacionais, surgindo assim a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). A PNATER veio com o objetivo de definir a missão da ATER, seu público alvo, as metodologias utilizadas tudo isso de acordo com a Agroecologia.

A metodologia participativa, que fica então definida pela ATER vem para beneficiar os processos de participação onde deveria ser promovido o desenvolvimento rural, sempre levando em conta conceitos como agroecologia, desenvolvimento sustentável, participação popular, equidade social, dentre outros.

3.3.1.1 PNATER e sua influência na Agricultura Familiar e Reforma Agrária

Ramonielli (2005) afirma que dentro de um cenário de problemas relacionados à agricultura brasileira, surgiu a PNATER. Esses problemas eram tanto econômicos como sociais e ambientais.

Um ponto positivo em relação a esse surgimento da PNATER está relacionado com a maneira como ela foi escrita, onde os dois lados da moeda foram ouvidos (poder público, sociedade em questão, bem como todas as organizações que a representavam). A construção dessa nova política veio através da discussão em encontros estaduais e um grande encontro nacional. A partir desse ponto, alguns temas tiveram maior relevância e foram tratados em uma discussão mais ampla a respeito do assunto. Os temas mais discutidos estavam relacionados com três pontos principais: desenvolvimento sustentável, englobando a

agroecologia, agricultura familiar, e a necessidade de se utilizar metodologias participativas na construção dessa nova Extensão Rural.

Para argumentar, o desenvolvimento sustentável:

[...] exige uma nova postura institucional e um novo profissionalismo, que esteja centrado em uma práxis que respeite os diferentes sistemas culturais, contribua para melhorar os patamares de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas, a conservação e recuperação dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, assegure a produção de alimentos limpos, com melhor qualidade biológica, e acessíveis ao conjunto da população. Para isso, é fundamental que os agentes de Ater, sejam eles técnicos agricultores ou outras pessoas que vivem e trabalham no meio rural, possuam os conhecimentos e habilidades requeridas para a execução de ações compatíveis com a nova Política Nacional de Ater. (MDA, 2007, p.6).

Dias (2008) havia dito que durante a década de 80, já existia uma preocupação voltada para a maneira como a Ater era conduzida em relação aos trabalhadores rurais que haviam sido colocados de lado, pelo processo dito como modernizador. Com o passar do tempo e após uma década, esse processo para que houvesse um maior reconhecimento da agricultura familiar, foi enfatizado nas lutas dos movimentos sociais. O governo passou a entender a importância que a agricultura familiar possuía tanto em termos econômicos, como sociais e ambientais.

A partir disso, foi elaborado o documento base da PNATER, onde como primeiro princípio seria:

[...] assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas MDA/SAF, o acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando ao fortalecimento da agricultura familiar. (MDA, 2007, p. 7)

Vale lembrar-se que os grupos citados acima, são escolhidos de acordo com diversos aspectos, para que se tivesse direito a assistência técnica, e que as maiorias dele não faziam uso dessa assistência. Um dado da FAO/INCRA (2000) revela que, 16,7% dos agricultores tinham acesso a assistência técnica.

Dias (2008) vem para relatar que durante a década de 90 os grandes agricultores já não necessitavam da ater pública, pois eles já podiam buscar inovações em departamentos técnicos das empresas.

A partir disso, pode-se definir que a ater pública virou-se exclusivamente para a agricultura familiar, como alvo principal.

3.3.1.2 PNATER e suas metodologias

Após a extinção da EMBRATER, na década de 90, algumas instituições que não eram governamentais começaram a se destacar no cenário da assistência técnica. Com isso, algumas práticas de extensão foram sendo desenvolvidas por ONGs para que fossem utilizadas de acordo com as necessidades das famílias mais carentes. Essas novas práticas se baseavam em metodologias participativas.

O MDA, em seu documento a respeito dessa nova maneira de praticar a extensão, afirma que:

[...] no processo de desenvolvimento rural sustentável, atualmente desejado, o papel das instituições, bem como dos agentes de Ater, do ensino e da pesquisa, deverá ser exercido mediante uma relação dialética e dialógica com os agricultores e demais públicos da extensão, que parta da problematização sobre os fatos concretos da realidade. Dessa forma, é necessário adotar-se um enfoque metodológico que gere relações de corresponsabilidade entre os participantes, suas organizações e as instituições apoiadoras ou prestadoras de serviços, tanto na fase de planejamento como na execução, monitoramento e avaliação das ações.” (MDA, 2007, p.11).

Para Caporal e Costabeber (2004), a metodologia participativa era de extrema necessidade, visto que nos anos 80, a extensão rural era voltada para os pequenos agricultores. Importante também ressaltar que para que começasse a se adotar as novas tecnologias era também necessário mudar a maneira de abordagem, o que implicava na mudança desse processo de comunicação. Propõe-se que essa educação seja mais acolhedora, onde existiria um diálogo e não uma extensão do conhecimento.

Freire (1977) já relatava que de nada adiantava o extensionista ser um dominador, ele deveria utilizar formas de diálogo, onde se incluía o envolvimento de toda a família e os problemas que a envolvia, a partir daí, buscar soluções em conjunto com todos os envolvidos. Devia ser valorizada toda a criatividade, cultura e capacidade da formação integral da família em questão, para que houvesse uma intervenção na realidade ali encontrada.

O autor acima acreditava nessa educação libertadora, onde o ponto primário seria a problematização da situação real, para que assim junto com o educando pudessem ser criadas condições e soluções para os problemas enfrentados. Ele dizia que só se aprende aquele se através do conhecimento adquirido, tem a capacidade de reinventá-lo e a partir disso aplicá-lo em realidades concretas.

Paulo Freire também acredita que em determinadas situações os extensionistas se utilizam da sua própria realidade cultural, para resolver indagações da realidade cultural dos agricultores, acontecendo assim uma invasão cultural, fazendo com que seus valores, fiquem acima dos valores do outro, a partir disso o outro se sinta diminuído e reduzido. Nessa maneira de lidar com o outro, podemos dizer que o técnico ou extensionista teria o papel de ativo, deixando o agricultor sendo o passivo, e essa relação seria autoritária, no ver do autor.

Bordenave (s.d) descreve uma situação para que possa ser entendida essa situação. Ele entende que muitas vezes é complicado para os extensionistas entenderem que os agricultores não precisam do seu conhecimento. A partir do momento que para um extensionista, que possui o instinto de conduzir, colaborar e tentar ensinar é o que ele entende que seja o melhor para o agricultor, pois sempre partimos do que nós achamos certo para nossa realidade, e não o que o outro acha certo para a realidade dele.

O autor citado recomenda mudanças na maneira de abordagem e condução do processo de extensão, onde primeiramente deveria ser deixado de lado o paternalismo, onde o extensionista sempre dá coisas ao agricultor; em segundo a maneira de ensinar deveria ser modificada, em vez de transmitir conhecimento, haveria um diálogo sobre as necessidades do agricultor em questão.

Bordenave também cita que, para que isso fosse possível, seria necessário deixar o agricultor problematizar sua realidade do seu ponto de vista e com isso deixar que ele escolhesse com que pontos acha necessário ou mais relevante para que possa ser trabalhado; nesse momento o extensionista deve se esforçar para entender a necessidade do outro e esclarecer dúvidas sobre o que ao agricultor muitas vezes não sabe a respeito de processos na sua propriedade; com isso e juntos devem ser enumeradas soluções, mas deixando para que o agricultor chegasse as suas próprias conclusões. O extensionista pode citar as soluções do seu ponto de vista, mas deve deixar que o agricultor definisse as que ele entende com sendo as melhores para seu contexto e sua realidade, para que assim o agricultor possa ser autônomo e tentar conduzir da melhor maneira que achar satisfatório.

Outros autores também problematizaram essas situações. De acordo com ALENCAR (1990), existem dois tipos de extensão a convencional e a participativa. Para que ficasse mais claro ele as descreve no quadro abaixo:

Abordagem	Local de atuação	Papel do Extensionista	Papel do agricultor ou do Grupo
Convencional	Comunidade	Tutorial	Passivo
		Diagnosticar os problemas e as causas	Executar as ações descritas pelo extensionista
		Estabelecer um meio para resolver	

Participativa	Grupo de pessoas com os mesmo interesses	Educacional	Ativo
		Identificar os grupos com mesmos interesses	Diagnosticar os problemas e possíveis causas
		Promover a organização do mesmo	Estabelecer meios para solucioná-los
		Orientar na identificação de problemas	Avaliar as ações executadas e sempre buscar novos caminhos

3.3.1.3 Relação agricultor-extensionista

Caporal (2006) diz em seu texto que o principal ponto em relação à extensão rural e a relação entre o agricultor e o extensionista, e que essa relação precisa ser avaliada e modificada. É necessário que se adote uma nova forma de se realizar a extensão, ao contrário de “o que fazer e como fazer”. Essa relação é influenciada tanto por fatores quantitativos e qualitativos.

De acordo com os quantitativos, pode-se dizer que existem muitas famílias necessitando de assistência, mas o número de técnicos não é correspondente com a necessidade, ficando impossível que o trabalho seja realizado de maneira eficiente. Deve-se definir um número coerente de famílias para cada técnico, mas que isso seja feito de maneira adequada para cada região e de acordo com a necessidade de cada local. Alguns autores definem que um técnico seria ideal para atender cem famílias, mas que isso deveria ser adequado a distância das famílias, dificuldades com transporte, dentre outros. Infelizmente no Brasil, não se tem ainda um número ideal de extensionistas por número de famílias.

Nesse ponto, seriam necessários estudos para que houvesse uma identificação desses números ideais. A nova Ater preconiza um esforço interdisciplinar para que a extensão seja executada de maneira adequada e eficiente.

A partir desse dado, o técnico conseguiria organizar sua maneira de trabalho, em parceria com as famílias atendidas e assim seria fácil realizar uma avaliação do andamento do serviço. Caporal entende que o técnico deveria ter em mãos calendários de atuação, rotinas de atendimento e tudo isso deveria ser cumprido nas datas estabelecidas, sem esquecer é claro das demandas que surgem diariamente nos escritórios locais.

Ramos (2006) escreve que, as estratégias para se realizar a extensão não devem mais serem individualizadas e sim em grupos de interesses comuns. Nessa nova fase da Ater é necessário que se envolva toda a comunidade, para auxiliar na identificação e solução de problemas de acordo com a realidade comum. Como exemplo, a autora cita a necessidade de se treinar jovens agricultores para repassar os conhecimentos e assim ajudar a outras pessoas,

realizar dias de campo entre as comunidades, promover a participação de todos, incentivar a realização de pesquisas.

A pesquisadora France Coelho (2014) relata no seu livro “A arte das orientações técnicas no campo”, a necessidade de se utilizar uma metodologia participativa para se realizar a extensão. Relata técnicas diagnósticas participativas, que devem ser adaptadas de acordo com cada realidade. Ela diz também da necessidade de buscar orientação daqueles que já enfrentaram a mesma realidade, para que se possa construir um processo de melhor qualidade.

Coelho (2014) trata durante o seu livro da importância de que os trabalhos sejam realizados por grupos. O técnico seria um dos agentes do conhecimento, tendo com função coordenar o processo, organizando assim os espaços para que haja a discussão da realidade em questão. Com o passar do tempo, as lideranças iriam surgindo, e assim o técnico teria o papel de apoiar essas novas organizações que fossem surgimento ao longo do tempo. No seu livro a autora citada, também entende que existe uma necessidade de se utilizar formas interativas e criativas que estimulem as pessoas a querer participar do processo, a partir disso ela enumera algumas atividades como palestras técnicas e demonstrações técnicas. E isso poderia ser feito através de reuniões, assembleias, congressos, visitas, excursões pelas propriedades, cursos para os agricultores.

France também define que seria necessário separar os procedimentos de acordo com o número de agricultores atendidos para que fosse eficiente o trabalho. Ela define alternativas para indivíduos, grupos pequenos e grandes grupos, assim cada qual teria a extensão necessária e maneira correta.

Caporal (2006) destaca a necessidade e importância de que o extensionista tenha uma formação acadêmica sólida e com isso complementar com experiências reais. Lembrando que o extensionista ele passa a ser um intermediário nesse processo, e com isso precisa de conhecimentos de várias áreas, o que deve levá-lo a sempre buscar mais conhecimento, podendo ser através de parcerias com profissionais de outras formações acadêmicas. Roling (1994) afirma que, o processo de transformação da agricultura convencional para a agricultura sustentável deve ser monitorado permanentemente, para que assim seja possível construir um banco de dados e de conhecimentos que irá se aprimorando com o passar do tempo. Concluindo assim, que somente a técnica não é suficiente para melhorar a realidade, e sim a parceria com a prática e seus agentes, mudando assim a ideia de extensão que era reproduzida no Brasil no passado.

3.3.1.4 Ater: obstáculos e mudanças

De acordo com tudo que a Pnater trouxe de mudança, uma das mais importantes tem a ver com a criação de um sistema nacional descentralizado de ater, onde havia participação tanto de organizações do governo com também as organizações não governamentais. Peixoto (2008) relata que, as instituições seriam instituições municipais, estaduais e federais de ater, as empresas de ater que possuíam ou não convenio com o governo, as empresas ligadas ao ramo pesqueiro, organizações de agricultores familiares ligadas a ater, as cooperativas, entidades de ensino com atividades de ater e todas as redes que realizavam atividades de ater.

Duarte e Siliprandi (2006) contam que, para que a Pnater fosse consolidada o DATER e a SAF, defendiam três grandes ações:

[...] (i) a reconstrução do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar (CONDRAF) e, dentro dele, do Comitê Nacional de ATER, com uma participação ampliada de vários setores representativos dos agricultores familiares; (ii) o financiamento a instituições estaduais de ATER, mediante a apresentação de projetos; e financiamento de ações de capacitação junto aos públicos beneficiários, dirigidos para instituições não estaduais (organizações não governamentais, cooperativas, instituições de ensino e outras); (iii) e ações diretas de capacitação de técnicos de instituições estaduais e não estaduais, em todo o Brasil, para a divulgação, discussão e assimilação das novas orientações. (2006; p.3)

Weid (2011) relata que, a partir da Pnater os recursos também subiram, e que as organizações de ater começaram a receber esse dinheiro. As ONGs que realizam trabalhos gratuitos de extensão rural, no ano de 2006, receberam quase que metade de tudo que foi disponibilizado, e a desculpa eram de que esse tipo de entidade tinha uma maior identificação com o que era defendido na política da Pnater, e que as entidades estaduais recebiam dinheiro dos estados e municípios.

O autor acima conta que com essa distribuição dos recursos dessa maneira, começaram o surgimento de problemas. Em relação aos convênios ficou determinado que não houvesse pagamento de técnicos permanentes, nem despesas com investimento ou infraestrutura. No caso da Emater, os recursos para esse tipo de pagamento era proveniente do estado e município, mas para as ONGs foi fatal. A partir disso, muitas entidades fecharam e houve uma diminuição nas atividades desenvolvidas.

Um obstáculo grande na ater vinha também da execução das metodologias participativas e da agroecologia. Alguns autores como Boeckmann (2014), demonstra que um

grande desafio seria executar tudo aquilo que ficou dito como os princípios da Pnater. De acordo com sua pesquisa a maioria dos técnicos não recebe conhecimento sobre a agroecologia, ou mesmo com o que ficou definido no documento base da política. Os extensionistas entrevistados contaram que já tentaram fazer cursos sobre os temas, mas que mesmo assim os ensinamentos adquiridos ainda eram poucos para que o trabalho fosse realizado de maneira eficiente. A autora também enfatiza que a entidade oferece cursos, mas o tempo de duração não é suficiente. Lembrando que existe uma preparação antes de começar a trabalhar que fala sobre esses temas, mas que o tempo é de 16 horas e que não é suficiente.

Ramoniello (2015) afirma que, outro detalhe a ser discutido é que o processo de seleção dos extensionistas, não possui enfoque na agroecologia, o que se torna mais um ponto negativo. Existem questões sobre o tema, mas infelizmente não é prioridade.

Durante um estudo em Brasília, Barros e Costa (2014), fizeram entrevistas com extensionistas, onde 67% disseram nunca durante a graduação tiveram disciplinas sobre o assunto, mas 62% contaram que realizaram cursos posteriores a graduação sobre a agroecologia.

Em sua pesquisa Boeckmann (2014), também perguntou sobre os motivos para os extensionistas não adotarem a agroecologia, e como maioria nas respostas temos: falta de oportunidade, falta de tecnologia, falta de apoio da entidade e também a resistência de alguns agricultores. Outro ponto forte, antes discutido aqui, foi a respeito do excesso de trabalho que impede que o técnico possa manter um maior acompanhamento com o agricultor, e assim demonstrar o lado negativo e positivo da agricultura convencional, levando a mesmo a reflexão sobre a positividade da agricultura orgânica.

Como obstáculos, temos a dificuldade de acesso às pesquisas e estudos realizados com a agricultura orgânica. E que muitas vezes as pesquisas são realizadas fora da realidade local, em condições controladas o que torna difícil sua aplicação nas propriedades rurais.

Outro estudo em alguns estados e realizado por Landini (2015), descreve os principais apontamentos para a dificuldade dos técnicos, dentre eles estão: individualismo, desconfiança, falta de associações de produtores, falta de recursos humanos, resistência à mudança e a adoção de novas tecnologias por parte dos produtores, descontinuidade das políticas e projetos de desenvolvimento, problemas para a venda da produção e baixos preços de venda, falta de apoio do governo ao desenvolvimento rural, baixo nível de instrução dos agricultores, emigração e pouco interesse dos jovens na agricultura, agricultores com falta de capital, produtores com infraestrutura escassa e produtores com tecnologias ou manejos produtivos inadequados.

O autor acima cita na conclusão do seu estudo que os extensionistas demonstraram um perfil difusionista da extensão, mesmo eles sabendo da importância das metodologias participativas necessárias, mas mesmo assim eles ainda visualizam os agricultores como sendo problema na extensão rural e na sua atuação como técnicos.

Em sua pesquisa, Abramovay (2007), enumerou aquilo que ele chamou de críticas à política de extensão rural, sendo elas: a Pnater não considera a magnitude da atividade agrícola no Brasil, sempre preocupado com a modernização, mas se esquece do foco que seria o desenvolvimento rural; não considera que as oportunidades para os jovens agrícolas, não se encontram no meio rural, e que isso precisa ser mudado.

Abramovay (2007) lembra também, da intensa procura pela superação do difusionismo, que é tratada no documento base, e que assim exista um novo rumo para a extensão rural, onde exista um planejamento voltado para os agricultores rurais, e que este planejamento seja feito de maneira individual, para que possa atender as necessidades de cada local, assim pode ser aproveitado o que cada propriedade pode oferecer e com isso estimular o desenvolvimento rural. Mas na ideia do autor ditado, ele entende que seria necessário pensar em todos aqueles que fazem parte do meio rural no Brasil, e não só de agricultores familiares.

É citado em seu estudo também que é necessário conciliar o desenvolvimento com a preservação do meio sustentável, mas ele acredita que existem outros meios para isso e não só a agroecologia, como é citado na Pnater. Entende que outros meios da ciência estão disponíveis para que auxiliem da maneira sustentável e objetiva na agricultura. Ele também observa que não foi citada durante a Pnater a necessidade do setor privado, sendo esse também importante para a atividade agrícola brasileira.

Com base, nos estudos e pesquisas, pode-se concluir que existem inúmeros obstáculos que envolvem a Pnater, e a partir disso também vários pontos de vista sobre o que é tratado no documento base.

3.3.1.5 A Lei de Ater e o Pronater

Caporal (2011) conta que, no ano de 2009, uma nova discussão sobre a ater foi aberta, mas que dessa vez a sociedade rural e todas as suas organizações não puderam se manifestar. A partir disso, foi instituída uma nova Lei 12.188/2010, denominada Lei de Ater (BRASIL, 2010). Nessa lei estava determinada realmente a criação da PNATER e também um novo programa, chamado de Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater).

De acordo com a lei, ficou definido no artigo quarto os princípios q regeriam a Pnater:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;

VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Segundo Ramoniello (2015), outros temas também ficaram definidos na lei, o autor cita: promoção da qualidade de vida, assistência em todas as etapas da produção agrícola, gestão de negócios, ajuda na inserção dos produtos produzidos no mercado de trabalho, desenvolvimento de projetos que contribuam com o meio ambiente e seus recursos naturais, apoiar a criação de cooperativas e associações.

O autor citado conclui então que o papel que deve ser desenvolvido pelos extensionistas vai muito além de somente a assistência técnica na produção, mas inclui tudo o que cerca a sociedade e o seu desenvolvimento.

Caporal (2009) diz:

[...] Extensão Rural, no enfoque da Pnater, é um processo educativo destinado a apoiar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, que levem à melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas, à redução da pobreza rural, ao fortalecimento da cidadania, o que pode exigir incidência ora sobre processos produtivos, ora sobre formas de inclusão social, etc., ou ambas, ao mesmo tempo, como complementares. (2009; p.18)

A Lei de Ater é regulamentada no Decreto 7.215/2010, ditando as regras de como funcionaria o Pronater (BRASIL, 2010).

Caporal (2009) cita também que todas as organizações sejam elas privadas ou públicas, lucrativas ou não, devem ser credenciadas e devem preencher os requisitos determinados na lei para serem consideradas instituições executoras de Pronater. Esses requisitos estão previstos no décimo quinto artigo da lei e são: as instituições devem estar de

acordo com sua razão social e cumprir os exercícios de extensão rural e assistência técnica; precisa estar constituída no prazo mínimo de cinco anos; cumprir suas atividades dentro do município que pedir o credenciamento; possui profissionais que executem as atividades necessárias exigidas, e que esses profissionais sejam reconhecidos por suas entidades.

Weid (2011) cita que, houve uma mudança em relação à forma como seriam realizadas as contratações de ater, as mesmas seriam feitas por chamadas públicas. O autor entende que do modo como ficaram definidas as chamadas, ocorreria um retrocesso na utilização das metodologias participativas e com isso ficaria inviável a implantação da agroecologia.

O autor critica as chamadas públicas, considerando o surgimento de dificuldades a respeito disso. Ele descreve que: a inexistência da Declaração de Aptidão do Produtor Rural, ou DAP, para os agricultores menos favorecidos; o público alvo para ser atendido aumentaria de tamanho, o que levaria a uma contratação rápida de profissionais, e não haveria tempo para se realizar uma análise criteriosa dos mesmos; não seria repassada uma parte dos recursos anteriormente ao começo das atividades, o que levaria as entidades a operarem no vermelho; dificuldades na realização das atividades pré-estabelecidas devido ao cronograma cheio.

Weid (2011) conclui que, as chamadas abrangeriam muitas famílias ao mesmo tempo, que complicaria o trabalho. Lembrando também que com a agroecologia, esse trabalho ficaria ainda mais difícil, e trabalhoso visto que no principio o monitoramento deve ser feito de maneira minuciosa e frequente.

O autor também descreve a forma como deveria ser dividido o trabalho, onde seria realizada uma visita por família, o diagnóstico deveria ser construído em apenas quatro horas, com base nisso deveriam ser organizadas capacitações, e por fim o acompanhamento seria feito três vezes ao ano de maneira individual. Weid (2011) conclui que essa forma de se atuar estaria voltando ao difusionismo antigo, pois esse tempo seria curto para que o extensionista e o agricultor pudessem discutir sobre os problemas e outras demandas da propriedade que não são agrícolas. Dessa forma, nada teria como ser feito em conjunto da comunidade em questão, pois as visitas são individuais.

Alega também que o papel dos técnicos voltaria a ser de dominador, em relação aos agricultores e que as famílias só receberiam os conhecimentos de maneira passiva. A partir disso, ele acredita que as organizações seriam as detentoras dessa decisão em relação às metodologias aplicadas e sua forma de atuação. Descreve também, que os temas deveriam ser mais amplos e que deveriam ser discutidos e analisados entre os técnicos e os agricultores,

para que os dois chegassem a um acordo, visto que são os dois ligados diretamente ao trabalho que será executado.

Caporal (2011) confirma a ideia de retrocesso, citada por Weid, onde diz também entender como retrocesso a lei. Complementa também afirmando que as chamadas públicas possuiriam um prazo de execução do trabalho de um ano, e que tudo deveria acontecer dentro desse prazo, ou seja, as visitas, reuniões e demonstrações técnicas ocorreriam dentro desse tempo, o que seria inviável e nada eficiente.

Lembra também da burocracia que acontecia para que a chamada ocorresse, isso implicaria também na capacitação de técnicos, pois o tempo não seria suficiente e não haveria recursos para essa atividade. Caporal também lembra que mesmo que houvesse outra chamada, não seria capaz de definir se a mesma entidade continuaria trabalhando naquele local, o que poderia atrasar tudo que havia melhorado no ano anterior, ou mesmo se aquela área seria escolhida como prioritária para o desenvolvimento de um trabalho.

Caporal (2011) afirma que, durante a discussão sobre a lei, foi retirada a agroecologia, o que o autor classifica como absurdo. Mas também lembra que na câmara dos deputados durante a discussão sobre a lei, foi implementado um novo princípio onde “deveria existir a base da agricultura orgânica, para um melhor desenvolvimento sustentável”, mas ele lembra que isso ocorreu devido a pedidos insistentes da sociedade.

O autor considera um passo para trás, a retirada da agroecologia, pois para muitos pesquisadores ela é uma ciência, aonde seus princípios vão muito além da produção sustentável. E ele entende que quando se coloca “base da agricultura orgânica”, o ponto principal seria a produção, o que retira o foco da agroecologia que é definido pelo autor como muito maior que isso.

Uma pesquisa realizada por Diniz, Lima e Almeida (2011), revela que dentro as 148 Chamadas de Projetos de Ater, somente 28 realmente exerceram a transição para a agroecologia. Os autores concluem com isso que houve um grande retrocesso para a época da extensão realizada através da difusão e que só pensava na produtividade.

Em seu estudo Weid (2011), conclui que durante os oitos anos que o presidente Lula esteve ao poder, os produtores ficaram dependentes de sementes e insumos oferecidos pelas empresas. Para isso ele também cita fatores, que seriam: os técnicos de ater são treinados para trabalhar de acordo com o modelo de difusão da Revolução Verde, o uso de agrotóxicos e insumos industrializados é estimulado pelos bancos e grandes empresas, os agricultores ainda tem o pensamento da revolução verde e acreditam que ele é o melhor, fazendo a partir disso, projetos de crédito com os técnicos.

O autor conclui então, que esses fatores, levaram ao endividamento e aumento na inadimplência por parte dos agricultores.

Lusa (2013) conclui que, o problema pode estar na ideia de que é necessário aumentar a produção, aumentar a renda dos agricultores e que isso está diretamente ligado ao projeto econômico desenvolvimentista.

3.3.1.6 A Conferência Nacional de ATER (CNATER)

No ano de 2012, foi realizada a Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, onde seriam discutidas as táticas, diretrizes e as preferências para o Pronater. A CNATER veio com o tema “Ater para a agricultura familiar e Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural”. A conferência foi dividida em cinco temas principais: desenvolvimento sustentável; agricultura familiar e a redução das desigualdades sociais; políticas públicas; serviços de assistência técnica e sua gestão; metodologias participativas.

De acordo com o MDA (2012), a conferência teve participação de delegados que foram eleitos em eleições estaduais e outros que já faziam parte do governo, totalizando 619 pessoas. Foram convidados também alguns representantes das associações e organizações rurais, representantes do INCRA, algumas pessoas da sociedade civil.

A ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) (2012) conta que, a conferência foi bastante criticada, pois a data que havia sido estipulada para acontecer, deve que ser mudada devido às eleições presidenciais. Estava marcada para março de 2011, mas aconteceu em abril de 2012. Um outro ponto criticado foi que os temas discutidos nas reuniões estaduais e regionais, não chegaram a ser discutidas durante a conferência nacional.

No documento da ANA também existem relatos que foi eleito um Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, que ficaria responsável por elaborar o documento base para a conferência, mas devido a imprevistos essa função coube ao MDA.

Ramonielli (2005) afirma que no total foram discutidas um total de 312 propostas que envolviam o assunto PNATER. A CNATER recolocou o tema da agroecologia como sendo um tema de imensa importância para a assistência rural. Ficou também decidido a necessidade de aumentar o campo de atuação da ater e também o número de famílias beneficiadas pela Reforma Agrária. Para finalizar a conferência foi elaborada uma Declaração Política, a mesma está anexada ao trabalho.

3.3.1.7 Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER)

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) teve sua criação no ano de 2013, e foi decretada em 2014.

A criação da ANATER, é cheia de problemas, visto que o projeto de lei para a sua criação não foi informado nas reuniões que foram feitas para se discutir sobre a conferência nacional, e por isso nenhuma organização do governo ou não, não pode opinar no documento.

Um ponto que ficou em destaque na lei, encontra-se no terceiro artigo da lei, onde fica determinada a ampliação de campo para os serviços de ater. Anteriormente somente agricultores familiares, beneficiados da reforma agrária, indígenas e comunidades tradicionais dispunham desse serviço, mas na lei da agência entram também os médios agricultores (BRASIL, 2014).

No decreto também, segundo artigo, fica claro que deveria haver uma junção entre o sistema de pesquisa e o serviço da ater, para que com isso pudessem ser aperfeiçoadas as tecnologias e assim repassadas aos agricultores. Esse artigo e a criação da ANATER foram repudiados por alguns pesquisadores, que entendiam que isso seria uma forma de voltar ao difusionismo arcaico, e que só levaria os agricultores a criar certa dependência da modernização, o que podia levá-los a inadimplência, visto que muitos não possuem condição de arcar com todas as tecnologias. Essas reclamações foram feitas durante o III Encontro Internacional de Agroecologia (2013).

Ana (2012) descreve que, passou a ser utilizado o termo médio e pequeno produtor rural, ao invés de agricultor familiar. O termo agricultura familiar só voltou a ser utilizado oficialmente após uma longa discussão enquanto a lei estava no congresso nacional.

Fica definido então que o MDA seria responsável por gerenciar a ANATER, e que seria também composto por:

- ✓ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- ✓ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- ✓ Ministério da Pesca e Aquicultura;
- ✓ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
- ✓ Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar;
- ✓ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;
- ✓ Organização das Cooperativas Brasileiras;
- ✓ Representante de governos estaduais.

Diante da repercussão negativa que a agência havia criado a presidente no momento, Dilma Rousseff, realizou uma declaração onde dizia que a agência era uma difusora de tecnologia, mas para quem não tinha acesso a tecnologia (MENDES, 2015).

Asbraer (2015) conta que, alguns políticos alegavam que a criação da agência vinha para consertar o erro da extinção da EMBRATER em 1990, e que nesse momento os agricultores poderiam comemorar, pois a partir da criação da agência a produção iria aumentar, criando mais empregos e assim aumentando a renda familiar, o que melhoraria a vida de centenas de famílias rurais.

3.4 AGRICULTURA FAMILIAR

3.4.1 Conceito

Romarco (2012) entende por agricultura familiar a forma de se produzir onde existe uma relação íntima entre gerir a propriedade e suas relações familiares e sociais. Pode-se entender que nesse arranjo a família em si executa todas as tarefas na propriedade, utilizando o trabalho familiar e complementando o mesmo com serviço de terceiros.

O autor também conta que existe uma lei de 2006, onde ficam estabelecido os conceitos, princípios e tudo aquilo que circunda a formulação das políticas que irão dar suporte a agricultura familiar e todo o empreendimento que isso significa. A lei também define quem é o público alvo para ser chamado de agricultor familiar: agricultor, pescador, extrativista, assentados da reforma agrária, indígenas ou pessoas de quilombos.

De acordo com Ramoniello (2015) para ser considerada agricultura familiar, existem alguns pontos que devem ser analisados, como: a propriedade deve ser gerida pela família; a propriedade precisa ter menos de quatro módulos fiscais, a mão de obra terceirizada deve ser inferior a mão de obra familiar.

Little (2006) conceitua que, é necessário compreender que o agricultor considerado familiar, possui uma forma particular de gerenciar sua propriedade, ele considera muito além das características físicas do estabelecimento, mas considera também todo o histórico da propriedade, não se esquece de suas raízes, e dos ensinamentos antigos, vivencia uma memória ali estabelecida ao longo do tempo. Possui uma grande riqueza cultural, o que influencia diretamente no seu modo de vida.

3.4.2 Importância no cenário nacional

De acordo com dados do Censo Agropecuário realizado em 2006, a agricultura familiar é fundamental para que o país possa se desenvolver de forma objetiva. Foi constatado que 38% do valor da produção é proveniente dos pequenos agricultores, e que 74,4% dos agricultores estão empregados no campo e 50% das famílias que vivem da agricultura familiar residem no Nordeste.

Um ponto que o autor Romarco (2012), descreve é que a maioria dos agricultores familiares são proprietários de suas propriedades, mas que 25,3 % dos agricultores familiares não possuem documentação sobre as terras, o que os intitula como posseiros, assentados, arrendatários, e isso faz com que eles dependam mais dos programas de políticas públicas para o planejamento de uso da terra.

3.4.3 Módulo Fiscal

Módulo Fiscal é um termo para que se classifique a propriedade de acordo com o tamanho que a mesma possui. Esse parâmetro foi determinado no que chamamos de estatuto da terra, no ano de 1964, e com o passar do tempo foi modificada em 1993. Em termos mais claros é uma medida expressa em hectares, e que cada município determina o seu, sendo que deve ser estabelecida de acordo com algumas considerações, como: qual a exploração que ocorre no município, a renda que essa atividade rende, e principalmente o conceito da agricultura familiar.

De acordo com dados do INCRA, as regiões onde existe uma maior densidade populacional, o módulo é menor e assim vice e versa, por exemplo, no Rio de Janeiro-RJ um módulo fiscal, equivale a 05 hectares, já em Viçosa-MG um módulo fiscal corresponde a 22 hectares, em São João Evangelista um módulo fiscal equivale a 40 hectares.

3.5 A EXTENSÃO RURAL EM MINAS GERAIS – EMATER

3.5.1 Organograma da empresa

RGE: Rede de Gestão Estratégica

ASCOM: Assessoria de Comunicação

ASINF: Assessoria de Informática

ASJUR: Assessoria Parlamentar

AUDIT: Auditoria

DEPAD: Departamento de Administração

DICOM: Divisão de Compras

DILOG: Divisão de Serviços e Logística

DIREF: Divisão de Recursos Financeiros

DICONT: Divisão de Contabilidade

DEPRH: Departamento de Recursos Humanos

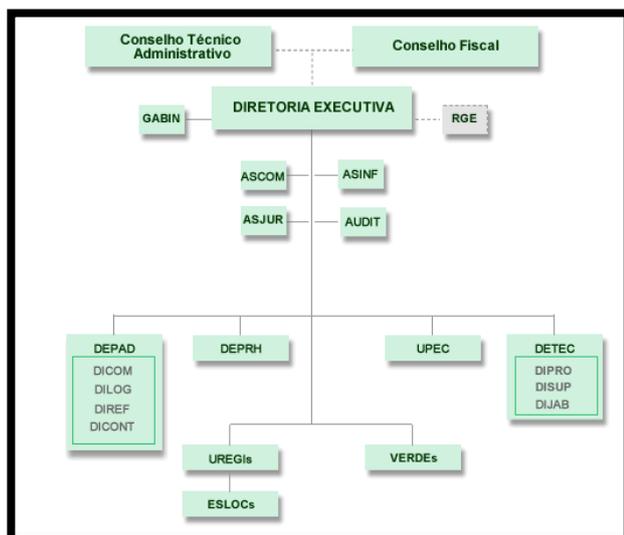
UPEC: Unidade de Planejamento e Estratégia Corporativa

DETEC: Departamento técnico

DIPRO: Divisão de Programas Especiais

DISUP: Divisão de Desenvolvimento e Suporte

DIJAB: Divisão do Projeto Jaíba



3.5.2 Missão da Empresa

Promover o Desenvolvimento Sustentável, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira.

3.5.3 Visão da Empresa

Ser essencial a sociedade mineira, com excelência na prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, para promoção do desenvolvimento sustentável dos Municípios de Minas Gerais.

3.5.4 Breve histórico do Presidente da EMATER-MG

O governador Fernando Pimentel nomeou Glênio Martins para o cargo de presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-Mg). Ex-secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais. A nomeação foi publicada no Diário Oficial do Estado no dia 11 de maio.

Glênio Martins de Lima Mariano é natural de Belo Horizonte. Glênio é técnico agrícola e graduado em Comunicação Social, com especialização em Política Pública e Gestão Governamental pela UFMG. Em 2011, ele atuou como Chefe de Gabinete da Superintendência Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em seguida foi nomeado Superintendente Regional Substituto e Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, ficando responsável pela coordenação da assessoria técnica, social e ambiental à Reforma Agrária.

Em janeiro de 2015, Glênio Martins assumiu a Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária ligada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. Em março de 2015, foi nomeado Secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário.

3.5.5 Dados sobre UREGI's e Esloc's

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) é a maior empresa pública do setor no Brasil. Fundada em 1948, ela também foi a primeira a ser criada Brasil. Atualmente, a Emater-MG está presente em cerca de 790 municípios do Estado, e seu trabalho virou referência nacional. Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do governo do Estado de Minas Gerais, a Empresa é responsável pelo atendimento a aproximadamente 400 mil agricultores mineiros.

A EMATER - MG é constituída de 33 UREGIS (Unidade Regional), cada uma instalada em uma região de Minas Gerais. Cada UREGI é constituída por seus ESLOC (Escritório Local).

4. CONCLUSÃO

A história do Brasil é uma história de subdesenvolvimento e dependência, marcada pelo crescimento econômico desordenado e excludente. Neste contexto, implanta-se no País, no final da década de 40, um modelo de extensão rural, baseado em experiências fora da

realidade brasileira, fortemente apoiadas por organizações estrangeiras que contaram com a devida colaboração das classes dominantes do país.

A instituição extensão rural atua orientada por um objetivo geral, segundo o qual a meta era buscar a melhoria das condições de vida e bem estar social das famílias através de um trabalho educativo. Esta melhoria de vida deveria ser consequência do aumento da produção e produtividade da agropecuária, que trariam aumento na renda líquida, o que seria obtido mediante a transferência e adoção de tecnologias.

Observa-se, porém que com o passar do tempo o governo tenta empurrar à população rural conceitos onde os produtores deveriam ser capazes de abrir seus corações e suas mentes para aceitar a modernidade, fazendo com que viessem a aceitar os ensinamentos dos extensionistas e com isso estariam, automaticamente, galgando degraus na escala social, melhorando sua renda e suas condições de vida.

Passados cerca de 40 anos, os resultados dessa modernização desajustada e imposta começaram a aparecer no campo, causando uma transformação sim, mas por um lado negativo, onde começou um êxodo forçado, expulsando a maioria de suas terras, devido às dívidas que foram adquiridas pela modernização.

A prática da extensão deveria ser um caminho para auxiliar na superação das desigualdades, mas isso não aconteceu. Assim, como não aconteceu um estímulo aos extensionistas para que contribuíssem de forma positiva e correta nesse ponto.

Os problemas e dificuldades continuam aparecendo nessa prática, é necessária uma mudança de pensamento de todos os envolvidos nesse processo. É importante que os extensionistas deixem um pouco de lado o objetivo histórico que visa o aumento da produção, da produtividade e da renda, através da transferência da tecnologia, e que foquem na comunicação de conhecimento entre as partes. Os extensionistas precisam perder a ideia abstrata de que são capazes de resolver todos os “problemas” que eles observam a partir de sua leitura da realidade, orientada pela sua visão de mundo, e sim pensar numa troca de conhecimentos de duas vias.

Embora o discurso aponte para a necessidade de um profissional eclético, a organização prioriza a capacitação técnica em áreas e projetos considerados prioritários por aqueles que se encontraram nas administrações das organizações de extensão, acentuando o máximo possível, a especialização em tecnologia e produção por produto ou em processos para determinadas atividades. Logo, mesmo que continue afirmando, no discurso, que o extensionista é um educador, verifica-se que o certo de sua atuação é assistência técnica à agropecuária e à economia doméstica.

Importante frisar que sempre haverá problemas dentro das instituições por isso, as lutas internas devem continuar existindo, mostrando que há possibilidades para outros movimentos. Esta condição necessária, não é, entretanto, suficiente para que se venham a observar mudanças na prática dos extensionistas, posto que o novo necessitará da adesão da maioria dos funcionários para que possa se esboçar alguma consolidação destas mudanças. É claro de que os limites à prática, no interior das organizações de extensão, estarão sempre presentes.

As mudanças dependerão da superação dos obstáculos, hoje impostos pelas próprias organizações, de maneira a ampliar os espaços de liberdade dos extensionistas de campo, ampliando o raio do círculo dentro do qual ele deve atuar. Portanto, além de instituir novas normas e regras, faz-se necessário assegurar que os avanços se darão por etapas, solidificando posições, conquistando alianças e buscando a superação dos limites ideológicos hoje predominantes.

Então as dificuldades identificadas na pesquisa, são vistas como um problema a ser enfrentadas por estas empresas, institutos e órgãos do governo que procuram promover a partir de campanhas e reuniões entre as comunidades a partir da ATER, quer estejam organizadas ou não e seguindo um padrão ou modelo de desenvolvimento.

Discutindo e refletindo entre os atores do poder público assim também da sociedade civil, é necessária uma maior organização onde se realizem encontros mais frequentes para propor soluções para transpor as dificuldades, ou, possíveis dificuldades que possam existir.

Os desafios estão muito mais relacionados com a instituição em si, ou seja, a forma como é executada os serviços de assistência técnica rural, havendo a necessidade de uma reforma significativa, que trate da revisão da metodologia atual, na renovação do quadro de funcionários efetivos nessas empresas públicas rurais, por ter também um salário mais digno aos extensionistas, com a necessidade de investimentos mais expressivos do governo.

Portanto, essa pesquisa contemplou o objetivo geral e os específicos, como foi proposto no início deste trabalho, porém este trabalho abre margem para outras discussões das possíveis ações que possam ser desenvolvidas pelos atores do desenvolvimento, em especial no meio rural que é envolvido na Extensão Rural, por tentar alcançar as resposta aos questionamentos que envolvem a ATER.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação.** Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural, XLV, Londrina. Anais. Londrina: Sober, 2007.
- ABREU, Filipe Arnesio Reis; MAYORGA, Maria Irles de Oliveira; SOARES, Ramonn Pinheiro. **Políticas Públicas e Agricultura_ Desafios e Objetivos para o Meio Rural e Profissional da Área.** Artigo. 2010.
- ALENCAR, E. **Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural.** Cad. Adm. Rural, Lavras, 1990.
- ALMEIDA, Joaquim Anecio. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia.** Brasília, MEC/ABEAS, 1989.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** 2 ed. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma Agricultura Sustentável.** Ed Agropecuária; 560p. 2002.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da Agricultura Sustentável.** Ed UFRGS; IV edição; 110p. 2004.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de comunidade no Brasil.** 6º ed. São Paulo, Cortez, 1987.
- ANA (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA). **Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural é criticada pelos movimentos.** 2012. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/index.php/noticias/169conferencia-nacional-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-e-criticada-pelosmovimentos>>. Acesso em: 20/03/2016.
- ANDRADE, Francisco Gomes de. **Extensão rural, estado e pequena produção; discurso e realidade.** Fortaleza, 1991. 67p. Dissertação de Mestrado. Mesquita, Teobaldo Campos.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa.** 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012. xii, 226 p.
- ASBRAER. **Anater é conquista da extensão rural para o campo, afirma o deputado Zé Silva.** Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br>> Acesso em: 20 abr 2016.
- ASSIS, R. L. de; AREZZO, D. C. de; ALMEIDA, D. L. de; DE-POLLI, H. **Aspectos técnicos da agricultura orgânica fluminense.** Revista Universidade Rural – Série Ciências da Vida, Seropédica, v.20, n. 1-2, 1998.
- BARROS, T. F.; COSTA, F. M.; **A formação dos profissionais de ciências agrárias como obstáculo para implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Cadernos de Agroecologia, v. 9, n. 3, 2014.

BASTOS, J. A. S. A. **A Educação técnico-profissional: Fundamentos, perspectivas e prospectivas.** Brasília: SENETE, 1991.

BOECKMANN, M. et. al. **Los limites y desafios em El apoyo a formas más sustentables de agriculturas a través de la extensión rural pública en Pernambuco.** Brasil. Revista de la Facultad de Agronomía, La Plata, Vol 113, 2014.

BORDENAVE, J. D. **Algumas ideias para se comunicar melhor com os pequenos agricultores.** Rio de Janeiro: ASPTA, SD. Mimeografado.

BRASIL. **Decreto 7.215 de 15 de junho de 2010.** Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

BRASIL. **Decreto 8.252 de 16 de maio de 2014.** Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

BRASIL. **Lei n. 12.188 de 12 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

BRASIL. **Lei n. 12.897 de 18 de dezembro de 2013.** Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências.

BRASIL, **Lei da Agricultura familiar 11.326, de 24 de julho de 2006.**

BRASIL, **Lei de produtos orgânicos 10.831, de 23 de dezembro de 2003.**

BRASIL, MDA. **Lei de ATER 12.188, de 11 de janeiro de 2010.**

BRASIL, IBGE, **Censo Agropecuário 2006,** Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil.** Brasília: Convênio de Cooperação Técnica MDA/FAO, 2003.

CAPORAL, F. R. **Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas.** Cadernos de Agroecologia, Cruz Alta, dez, 2011.

CAPORAL, F. R. **Bases para uma ater pública** (Este texto tem como base o Capítulo VIII da Tese de Doutorado do autor). Santa Maria, 2003.

CAPORAL, F. R. **Bases para uma Política Nacional de Formação de Extensionistas Rurais.** Brasília 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** 1991. 221f. Dissertação. (Mestre em Extensão Rural) - Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM. Santa Maria, RS.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados.** In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico.** Manaus: Ed. Bagao, 2006.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA 2004.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos.** Viçosa, MG: Suprema, 2014.

DIAS, M. M. **Políticas Públicas de Extensão Rural e Inovações Conceituais: limites e potencialidades.** Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, Vol. 1, 2008.

DIAS, M. M. **As mudanças de direcionamento da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER) face ao difusionismo.** Revista Oikos. Viçosa, V.18: 11-21 p. 2007.

DINIZ, P. C. O.; LIMA, J. R. T.; ALMEIDA, A. **Chamadas públicas de ATER: primeiras reflexões.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 28., 2011, Recife. Anais eletrônicos... Recife: UFPE, 2011.

DUARTE, L. M. G.; SILIPRANDI, E.. **A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas.** In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 7., 2006, Quito, Ecuador. Anais. Quito, Ecuador: Alasru, 2006.

EMBRATER; **Diretrizes para o Sistema Embrater em 1990.** Brasília. EMBRATER. 1989. 32 p.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília, 2000.

FEIDEN, A. **Agroecologia: introdução e conceitos.** 1ª edição. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, v.1, 2005.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 34ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GLIESSMANN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. Ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

GONÇALVES, N. **A extensão como uma das funções básicas da universidade**. UFC - Fortaleza, 1972.

GUZMÁN, E. S. **Agroecologia E desarrollo rural sustentable**. In: Curso Intensivo em Agroecologia; Princípios e técnicas ecológicas aplicadas a agricultura, 2002, Seropedica: Embrapa Agrobiologia, 2002.

HOMEM DE MELO, F. **A Liberalização Comercial e a Agricultura Familiar No Brasil**. Departamento de Economia da FEA-USP e Pesquisador da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (monografia). 2001.

HOUTZAGER, P. P. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil Rural**. (1964-1995). São Paulo: 2004.

I SNEA, Seminário Nacional de Educação em Agroecologia. **Moção – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Pernambuco, Julho. 2013.

III EIA, Encontro Internacional de Agroecologia. **Moção de repúdio ao processo de criação e concepção de ANATER**. Botucatu, São Paulo, Agosto. 2013.

JONES, Gwyn E. **A Carta de Clarendon**. In: Cadernos CPGER. Vol 1. N.º 1 Ag. 1989. Santa Maria, APGER – UFSM.

KARAVAEV, A. **Brasil, Passado e Presente do Capitalismo Periférico**. Trad. De K.Asryants. Moscou – URSS. Edições Progresso, 1987.

LANDINI, F. P. **Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural**. Ciência Rural, Santa Maria, v.45, n.2, 2015.

LIMA, A. L. D. **Da ACAR à EMATER-MG: análise crítica da dinâmica de um sistema de extensão**. 1984. (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

LISITA, Frederico Oliveira. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. Disponível em: <<http://www.clicnews.com.br/artigos/view.htm?id=49573>>. Acesso em: 01/03/2016.

LITTLE, Paul. **Mapeamento Conceitual e Bibliográfico das Comunidades Tradicionais no Brasil**. Brasília, UnB. 2006.

LUSA, M. G. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Social: o campo como desafio**. Cadernos Ceru, v. 24, 2013.

MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: 1998.

MDA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO). **1ª Conferência Nacional de Ater define novas estratégias para a extensão rural no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/1%C2%AAconfer%C3%AAncia-nacional-de-ater>>

define-novas-estrat%C3%A9gias-paraextens%C3%A3o-rural-no-brasil-0 >. Acesso em: 19/04/2016.

MENDES, P. **Dilma assina projeto para criar Agência de Assistência Técnica Rural**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/06/dilma-assina-projeto-para-criar-agencia-de-assistencia-tecnicarural.html> > Acesso em: 21/03/2016.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: 2007.

NEVES, M. C. P.; MEDEIROS, C. A. B.; ALMEIDA, D. L. de; DE-POLLI, H.; RODIGUES, H. R.; GUERRA, J. G. M.; NUNES, M. U. C.; CARDOSO, M. O.; RICCI, M. S. dosF.; SAMINEZ, T. C. O. **Agricultura orgânica: instrumento para sustentabilidade dos sistemas de produção e valorização de produtos agropecuários**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 200. 22p.

OHLWEILLER, Otto Alcides. **Humanidade e Lutas Sociais**. Porto Alegre, TCHÊ, 1987, 610 p.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI: 523 p. 1996.

OLIVEIRA, E. R. de; OLIVEIRA, L. C. F. de S. **Comunicação e extensão rural no processo de desenvolvimento local**. In: CONGRESSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFLA, 10., 2001, Lavras. Anais... Lavras: UFLA, 2001.

OLIVEIRA, M. M. **As Circunstâncias da Criação da Extensão Rural no Brasil**. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, V.16: 38 p. 1999.

OLIVEIRA, P. C. F. **Extensão rural: “a cara do governo no campo”**. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, V.9; 2011.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação**. Textos para Discussão. Brasília, Senado Federal: 50p. 2008.

PORTILHO, M. S. B. **Extensão Rural: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor**. 1998. (Mestrado). Centro de Ciência Humana e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil: da anúncio ao milagre de modernização da agricultura**. 1987. Tese Livre Docência (Livre Docência). Piracicaba.

RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: 2000.

ROCHA, R. M. Gurgel. **A Construção do Conceito de Extensão universitária na America Latina**. In. FARIA, Doris Santos de (org). **Construção Conceitual da Extensão na America Latina**. Brasília. Editora UNB. 2001.

RODRIGUES, C. M. **Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil.** Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.14, n.1, 1997.

ROGERS, E. M. **Diffusion of Innovations.** 4. New York: 1995.

ROGERS, E. M., & SHOEMAKER, F. F. **Communication of innovations: A crosscultural approach** (2nd ed. of Diffusion of innovations). New York: Free Press. 1971.

RÖLING, N. **Facilitating sustainable agriculture: turning policy models upside down.** In: SCOONES, I.; THOMPSON, J. (Eds.) Beyond Farmer First: Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice. London: Intermediate Technology Publications, 1994.

ROMANIELLI, M. M.; ASSIS, T. R. de. **Extensão e sustentabilidade.** Lavras: UFLA, 2015, 114 p.

RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável- MEXPAR.** Belo Horizonte: 134 p. 2006.

SANTOS, C. M. D. **Contribuição ao estudo da extensão rural pública em Sergipe: o caso da Microrregião Geográfica de Tobias Barreto.** 1993. (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

SCARAMELO, R. M. et al. **A. Extensão rural para os agricultores assentados e o perfil dos extensionistas para esse serviço: o estado brasileiro em novas roupagens.** 2015.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire:** 15 p. (s.d.).

THIOLLENT, M. **Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização.** Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília, V.1: 43-51 p. 1984.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Relatório e recomendações sobre agricultura orgânica.** Brasília: CNPq, 1984, 128p.

WEID, J. M. V. **Texto Referência do Campo Agroecológico para a Conferência Nacional de Ater.** Rio de Janeiro: Fase, 2011.

ANEXO I - DECLARAÇÃO POLÍTICA DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Nós, delegados/as da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - CNATER, que envolveu no processo de preparação mais de 40 mil participantes em conferências municipais, intermunicipais, territoriais, estaduais, setoriais e temáticas reunidos em Brasília entre os dias 23 e 26 de abril de 2012, reafirmamos a importância estratégica da ATER pública, de qualidade, gratuita e continuada, executada por instituições estatais e não estatais, para a construção do desenvolvimento rural sustentável e solidário tendo como protagonistas trabalhadores/as rurais, camponeses/as, acampados/as, assentados/as da reforma agrária, povos indígenas, povos de terreiro e ciganos/as, quilombolas, açorianos/as, atingidos/as por barragens mineradoras e hidrelétricas, extrativistas, seringueiros/as, quebradeiras de coco, fundos de pasto, faxinalenses, pescadores/as artesanais, ribeirinhos/as, aquicultores/as familiares, caiçaras, marisqueiros/as, retireiros/as, torrãozeiros/as, geraizeiros/as, vazanteiros/as, pomeranos/as, pantaneiros/as, caatingueiros/as, dentre outros/as segmentos citados e contemplados na PNATER, assim como as organizações que os representam.

O modelo de desenvolvimento com o qual nos comprometemos, tem como fundamentos o ordenamento fundiário com a realização de uma ampla e massiva reforma agrária e a garantia dos direitos territoriais, defesa e conservação dos recursos naturais e bens comuns, o fim das desigualdades, a soberania e segurança alimentar e nutricional, o fortalecimento da produção familiar e comunitária livre de agrotóxicos e transgênicos, bem como o cooperativismo solidário como estratégias de inclusão política, social, produtiva e econômica e ampliação do mercado interno do País.

A política de Assistência Técnica e Extensão Rural tendo como princípios a agroecologia, o diálogo entre os saberes tradicionais e científicos, a abordagem territorial, considerando as especificidades de cada bioma e as diferentes identidades territoriais, é um instrumento estratégico e essencial para o acesso às políticas públicas no meio rural, a organização produtiva e econômica, e a implantação e consolidação do novo desenvolvimento rural sustentável, e deve ser fortalecida e consolidada.

Reconhecemos os avanços no processo de reestruturação da Ater pública, iniciado em 2003, com a institucionalização da Política e do Programa por meio da Lei Nº

12.188/2010, a construção de diretrizes, e o aumento de recursos financeiros e orçamentários. No entanto, necessário enfrentar e superar os seguintes desafios:

1. Qualificar e ampliar a oferta de serviços de ATER, na perspectiva da sua universalização;

2. Construir um sistema nacional de ATER integrando as esferas atuantes neste serviço no governo federal, nos governos estaduais e municipais e incluindo as entidades não governamentais de ATER, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais;

3. Articular as esferas estatais federal, estaduais e municipais e as organizações da sociedade civil, assegurando nas suas especificidades condições igualitárias de acesso aos recursos e de prestação de serviço de qualidade;

4. Estruturar o MDA e o INCRA para que possam responder às crescentes demandas de expansão da ATER, evitando a interrupção dos serviços e a instabilidade nas entidades prestadoras de serviços, bem como fortalecer o CONDRAF e seus comitês permanentes, garantindo as condições para a plena efetivação da PNATER;

5. Garantir recursos financeiros e orçamentários suficientes para a universalização e boa qualidade dos serviços, sem cortes e contingenciamentos que desestabilizam a execução dos serviços e a implementação da Política;

6. Garantir formação continuada dos profissionais de ATER nos princípios, práticas e métodos da agroecologia, garantindo a expansão de uma ATER de qualidade centrada na promoção do desenvolvimento rural sustentável;

7. Universalizar a ATER priorizando estratégias de inclusão para os povos indígenas, as comunidades quilombolas e os povos e comunidades tradicionais ainda hoje à margem deste serviço;

8. Garantir que a ATER reconheça o papel e importância das mulheres no desenvolvimento rural, por meio da promoção da autonomia econômica na gestão, na produção e na comercialização fortalecendo sua cidadania, seu processo organizativo e o seu protagonismo;

9. Estabelecer estratégias de atuação que propiciem o acesso às políticas públicas para a juventude do campo, respeitando suas especificidades, garantido a sua inclusão nas dinâmicas sociais, culturais e organizativas de produção, agregação de valor, comercialização, formação e educação contextualizada como forma de garantir a sua permanência no meio rural e a sucessão na agricultura familiar;

10. Ampliar e fortalecer os serviços de ATER que promovam o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da Reforma Agrária tendo como referência os princípios da

agroecologia orientado para a inclusão social e produtiva e a segurança e soberania alimentar e nutricional;

11. Articular as ações e recursos do programa Brasil Sem Miséria a outras políticas, de modo a integrar os setores mais pobres a processos de desenvolvimento local, comunitário ou territorial envolvendo os setores sociais mais dinâmicos e organizados;

12. Aperfeiçoar os processos de identificação das demandas, de formulação das chamadas de ATER e planejamento de ações a partir das realidades locais, assegurando o protagonismo das entidades representativas do público da PNATER, de modo a viabilizar o uso das metodologias participativas e das práticas da agroecologia, definidas como princípios orientadores da PNATER;

13. Propiciar que a ATER contemple a sociodiversidade com metodologias, projetos e formação que considere os públicos do campo, da floresta e da água;

14. Estabelecer ações multidisciplinares para os povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, buscando valorizar o conhecimento popular existente e o respeito a sua autonomia e a preservação de suas culturas, valores e tradições;

15. Ampliar e fortalecer o serviço de ATER que promova o desenvolvimento sustentável, propiciando o acesso a uma ATER diferenciada e adequada para as populações indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, garantindo uma abordagem que considere sua diversidade cultural, contribuindo para preservação das tradições e promovendo o etnodesenvolvimento;

16. Reconhecer e fortalecer o cooperativismo solidário como instrumento de organização econômica da agricultura familiar, assentados/as da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e demais segmentos citados e contemplados na PNATER;

17. Assegurar que a Conferência Nacional de ATER seja realizada a cada quatro anos com a finalidade de avaliar as diretrizes da PNATER e deliberar sobre a implementação da política, garantindo que tais deliberações sejam acolhidas no Plano Plurianual subsequente. Nós, participantes da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, conclamamos o governo federal, os governos estaduais e municipais, o congresso nacional e a sociedade a responder positivamente e com urgência a estas demandas, para que a ATER possa cumprir com eficiência o seu papel estratégico na construção do Brasil que queremos: um país rico e sem pobreza.